

20
24



Banco Santander (Brasil) S.A.

**Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Preparadas de Acordo com Práticas Contábeis Adotadas no
Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar
pelo
Banco Central do Brasil**

31 de Dezembro de 2024

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Balanco Patrimonial	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração dos Resultados Abrangentes	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Banco	18
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado	20
Demonstração dos Fluxos de Caixa	23
Demonstração do Valor Adicionado	25
1. Contexto Operacional	26
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	26
3. Principais Políticas Contábeis	28
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	35
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	36
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	37
7. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	52
8. Carteira de Câmbio	56
9. Outros Ativos Financeiros	57
10. Ativos e Passivos Fiscais	58
11. Outros Ativos	65
12. Informações das Dependências no Exterior	65
13. Participações de Controladas e Coligadas	66
14. Imobilizado de Uso	70
15. Intangível	71
16. Captações	72
17. Outros Passivos Financeiros	75
18. Outros Passivos	76
19. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	77
20. Patrimônio Líquido	81
21. Partes Relacionadas	84
22. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	88
23. Despesas de Pessoal	88
24. Outras Despesas Administrativas	89
25. Outras Receitas e Despesas Operacionais	90
26. Resultado Não Operacional	91
27. Plano de Benefícios a Funcionários	92
28. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade	104
29. Reestruturações Societárias	108
30. Outras Informações	110
31. Eventos Subsequentes	113
Composição dos Órgãos da Administração em 31 de dezembro de 2024	114
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	116
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	117
Relatório do Comitê de Auditoria	118

Relatório da Administração**Senhores Acionistas:**

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 serão divulgadas no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

**1. Conjuntura Econômica**

❖ O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

❖ **Vitória expressiva de Trump nas eleições presidenciais norte-americanas, com o chamado “red-sweep”, que significa predominância do Partido Republicano, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados.**

Tal fato deve reforçar as propostas de campanha, trazendo desafios a parcerias comerciais com imposições tarifárias, com impactos significativos no crescimento global.

Além disso, a resiliência da economia norte-americana junto com uma inflação ainda acima da meta pressiona o banco central norte-americano (Fed) a adotar postura mais cautelosa, sinalizando menos cortes de juros, e em ritmo mais lento para 2025.

❖ **Cenário geopolítico segue com diferentes pontos de tensão na Europa, Oriente Médio e Ásia.**

Esse ambiente, somado às incertezas com a nova liderança norte-americana intensificam as dúvidas quanto ao crescimento global.

❖ **Anúncio de estímulos monetários e sinalização de estímulos fiscais por parte das autoridades chinesas, mas aquém do esperado pelos analistas. Mais estímulos podem vir em caso de um acirramento da disputa comercial com os EUA.**

No ambiente doméstico

❖ **A deterioração na percepção de risco fiscal, com desvalorização importante da taxa de câmbio, acentuou desancoragem das expectativas de inflação.**

O principal evento macroeconômico do quarto trimestre de 2024 (4T24) foi o anúncio de medidas para contenção de despesas públicas federais, cujo impacto inicial não atingiu as expectativas. O governo projetava um corte total de R\$ 70 bilhões em dois anos, mas o Banco Santander estima um potencial menor, em torno de R\$ 50 bilhões. A percepção de que as medidas anunciadas foram insuficientes afetou significativamente os preços dos ativos e as expectativas dos agentes econômicos. A cotação do real frente ao dólar norte-americano, por exemplo, atingiu sua máxima histórica nominal de R\$ 6,32/US\$ em dezembro. Da mesma forma, as projeções do IPCA, conforme a pesquisa Focus, aumentaram em todo o horizonte de divulgação, afastando-se ainda mais do centro da meta perseguida pelo Banco Central.

❖ **O Copom promoveu ajustes de maior magnitude na Selic, elevando a taxa básica de juros para 12,25% a.a. no final de 2024.**

Os condicionantes da decisão de juros por parte do Banco Central do Brasil apontavam para a necessidade de uma política monetária mais contracionista. Após iniciar o ciclo de alta de forma gradual, com aumentos de 0,25 p.p., o Comitê acelerou o ritmo no quarto trimestre de 2024, elevando a taxa em 0,50 p.p. em novembro e 1,00 p.p. em dezembro. Além disso, diante de um cenário mais adverso para a convergência do IPCA, o Comitê prevê ajustes de mesma magnitude nas reuniões do primeiro trimestre de 2025, o que levaria a Selic para 14,25%, caso seu cenário básico se confirme. Com base nesse *guidance*, o Banco Santander estima que a Selic atinja 15,50% em junho de 2025. Essa mudança também é consistente com a revisão do cenário inflacionário, de modo que o Banco projeta que o IPCA fique em 5,5% no acumulado de 2025.

❖ **Desempenho do PIB no 3T24 acima do esperado, com destaque para os componentes mais cíclicos do lado da oferta, do consumo e dos investimentos.**

Em contraste com a expectativa do Banco Santander e a mediana das projeções de mercado, o PIB no terceiro trimestre de 2024 repercutiu positivamente, registrando um forte crescimento. Segundo o Banco Santander, esse desempenho foi impulsionado principalmente pela resiliência do mercado de trabalho e pelo acúmulo de estímulos fiscais recentes. Como resultado, houve uma nova onda de revisões altistas nas projeções de crescimento do PIB para 2024. Ao final do terceiro trimestre de 2024, a mediana das projeções dos agentes econômicos indicava um crescimento de 3,0% para o PIB brasileiro em 2024. No final do quarto trimestre de 2024, essa mediana subiu para 3,5%, alinhando-se com a projeção atual do Banco Santander.



2. Desempenho Consolidado

Mantivemos nossa contínua evolução em direção à retomada de níveis mais elevados de rentabilidade. A margem financeira apresentou evolução pautada pela estratégia de crescimento qualificado e seletivo direcionando os esforços para ativos de melhor retorno sobre capital. As comissões mantêm trajetória positiva refletindo uma maior diversificação de nossas fontes de receitas. Mantivemos uma boa qualidade do nosso portfólio de crédito com índices de inadimplência controlados.

No que se refere à eficiência, mantemos o foco em nossa cultura de produtividade.

Continuamos avançando na construção de um balanço sólido, menos volátil e com capacidade de gerar resultados sustentáveis.



Lucro Líquido (gerencial)
R\$ 13,9 bilhões 2024
(+47,8% vs 2023)



Carteira ampliada
R\$ 682,7 bilhões
(+6,2% vs Dez/23)



Margem Financeira
R\$ 60,7 bilhões 2024
(+14,2% vs 2023)

Demonstração de resultados gerencial¹

(R\$ milhões)	4T24	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Margem Financeira Bruta	15.978	15.227	4,9 %	60.746	53.179	14,2 %
Comissões	5.515	5.334	3,4 %	20.917	18.458	13,3 %
Receita Total	21.493	20.561	4,5 %	81.663	71.637	14,0 %
Resultado de PDD	(5.932)	(5.884)	0,8 %	(23.755)	(25.200)	(5,7)%
Despesas Gerais	(6.769)	(6.457)	4,8 %	(25.837)	(24.713)	4,5 %
Outros	(3.688)	(3.887)	(5,1)%	(15.188)	(13.240)	14,7 %
Lucro líquido antes de impostos	5.104	4.333	17,8 %	16.883	8.484	99,0 %
Impostos e minoritários	(1.250)	(669)	86,9 %	(3.011)	898	(435,3)%
Lucro líquido gerencial²	3.854	3.664	5,2 %	13.872	9.382	47,8 %
Lucro líquido contábil	3.746	3.548	5,5 %	13.477	8.974	50,2 %

¹ O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados Contábeis, cujos mais relevantes referem-se à reclassificação entre margem e resultado de PDD de descontos, PDD sobre debêntures, além da reversão das amortizações sobre os ágios.

² Desconsidera itens extraordinários de 2023, vide informe de resultado do 4T23.



3. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



4. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



5. Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão, tem função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à Alta Direção, asseguração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governança, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2024.



6. Pessoas

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional direcionada a contribuir para que pessoas e negócios prosperem. A autonomia, o protagonismo e a inovação ganham espaço, aceleram a transformação digital e aprimoram a oferta personalizada para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 55.646 colaboradores, considerando todo o Grupo, comprometidos com a ambição de fazer do Santander o banco principal de cada um de seus clientes.

Para isso, o Banco Santander investe em um ambiente onde a liderança é referência nos valores da organização, a diversidade faz com que cada profissional se sinta reconhecido e engajado com a construção de sua carreira, tendo a aprendizagem contínua a serviço da melhoria constante da experiência do cliente e da evolução da jornada de cada colaborador. As oportunidades de crescimento são democratizadas e ao alcance de todos. O Banco Santander foi eleito novamente como uma das Melhores Empresas para trabalhar no Brasil pela GPTW, ocupando a 8ª posição no ranking nacional de empresas com mais de 10.000 funcionários e o 2º lugar no Ranking Setorial de Grandes Bancos.



7. Sustentabilidade

Nossa história em sustentabilidade começou há mais de 20 anos. Ao longo desse período, vivemos uma intensa jornada de evolução, na qual aprimoramos nossos programas, negócios e governança dirigida ao tema.

Nessa trajetória, destacam-se a avaliação e mitigação de riscos sociais, ambientais e climáticos para a concessão de crédito a projetos e empresas; a geração de negócios que apoiem a transição dos clientes para uma economia de baixo carbono, e a construção de uma sociedade mais inclusiva, por meio de ações de educação e empregabilidade, inclusão financeira e empreendedorismo e inclusão social. Muitas dessas iniciativas são acompanhadas por metas globais nas áreas em que temos maior impacto potencial, como net zero, inclusão financeira e diversidade.

Para garantir uma boa governança desse processo, contamos com políticas e controles robustos, amparados pela alta liderança.

Ao final do 4T24, destacamos os seguintes resultados:

Ambiental:

Fomentando negócios sustentáveis, com compromisso de sermos Net Zero até 2050

- ❖ R\$ 32,2 bilhões em negócios sustentáveis viabilizados, com uma carteira de R\$ 37,7 bilhões em emissões de títulos verdes, financiamento de energias limpas e opções de produtos dedicados.
- ❖ Liderança de mercado em CBIOS (créditos de descarbonização): 41% de participação de mercado no Brasil.
- ❖ Santander Brasil foi novamente confirmado na carteira do o ICO2 B3, índice da B3 que tem como principal propósito ser uma ferramenta indutora das discussões sobre mudança do clima no Brasil.

Social:

Há mais de 20 anos contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, com acesso à educação e produtos financeiros.

- ❖ 207 mil pessoas beneficiadas com cursos e bolsas de estudo por meio do Santander Universidades.
- ❖ O programa Amigo de Valor, dedicado à garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, apoiou cerca de 9.342 crianças e adolescentes e suas famílias em 64 municípios.
- ❖ Aproximadamente 6.271 idosos e suas famílias beneficiados pelo programa Parceiro do Idoso, que tem como objetivo proteger os direitos de idosos vulneráveis.

Governança:

Promovendo o ESG em nossa cultura, conectando todos os nossos negócios.

- ❖ Nosso Conselho de Administração conta atualmente com 45% de membros mulheres e 55% de membros independentes.

**8. Auditoria Independente**

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente. A PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

**9. Outros Assuntos**

O Banco Santander (Brasil) S.A., em atendimento ao disposto na Circular Bacen nº 3.068/2001, afirma que possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

**10. Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 03 de fevereiro de 2025).

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

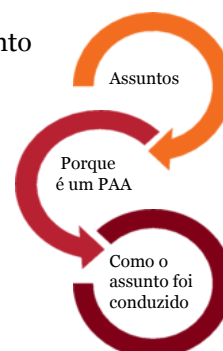
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(e) e 7)

A estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de *ratings* (classificação de risco) de crédito, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.

Dessa forma, esse assunto foi mantido como área de foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando, substancialmente, os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de *rating* considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.

Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos *ratings* atribuídos, às premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisões para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos (Notas 3(p) e 19) O Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de passivos para processos judiciais e administrativos e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, esse assunto mantém-se como área de foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos para processos judiciais e administrativos (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para processos judiciais e administrativos, trabalhistas e cíveis, que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas aos processos judiciais e administrativos, trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre e exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos, trabalhistas, cíveis e tributários são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

**Ambiente de Tecnologia da Informação
(Nota 28(a))**

O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, esse assunto permanece como uma área de foco em nossa auditoria.

**Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria**

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco.

Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a



Banco Santander (Brasil) S.A.

Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Banco Santander (Brasil) S.A.

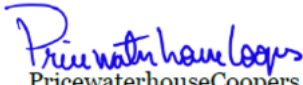
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

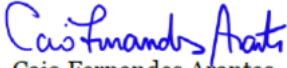
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de fevereiro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanço Patrimonial

	Notas Explicativas	31/12/2024	Banco 31/12/2023	31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativo					
Circulante e Não Circulante		1.292.232.604	1.091.618.231	1.319.296.254	1.138.640.692
Disponibilidades	4	17.482.523	9.911.653	17.504.978	10.109.122
Instrumentos Financeiros		1.121.508.752	960.366.683	1.153.645.028	998.193.967
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	180.014.773	171.248.893	110.781.417	113.860.885
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	270.136.727	226.975.180	287.867.782	248.998.836
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	47.006.389	32.019.731	35.077.439	28.066.689
Operações de Crédito	7	366.260.564	354.093.609	455.187.766	427.599.259
Outros Ativos Financeiros	9	258.090.299	176.029.270	264.730.624	179.668.298
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	3.343.516	3.164.051
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.d	(30.763.421)	(31.163.480)	(34.632.245)	(35.375.068)
Outros Ativos	11	126.524.440	103.204.585	116.201.717	106.924.963
Ativos Fiscais	10.a	57.480.310	49.298.790	63.233.260	55.623.657
Permanente		57.686.653	67.457.517	15.941.380	14.555.739
Investimentos		45.825.751	55.122.785	2.877.217	939.339
Participações em Coligadas e Controladas	13.b	45.822.176	55.119.210	2.873.640	935.762
Outros Investimentos		3.575	3.575	3.577	3.577
Imobilizado de Uso	14	4.540.925	5.251.777	4.942.557	5.654.848
Imóveis de Uso		2.354.268	2.385.144	2.603.334	2.617.403
Outras Imobilizações de Uso		12.924.670	13.559.747	13.367.852	13.956.282
(Depreciações Acumuladas)		(10.738.013)	(10.693.114)	(11.028.629)	(10.918.837)
Intangível	15	7.319.977	7.082.955	8.121.606	7.961.552
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		27.220.515	27.220.515	28.274.123	28.276.124
Outros Ativos Intangíveis		15.710.323	14.016.884	16.371.895	14.619.846
(Amortizações Acumuladas)		(35.610.861)	(34.154.444)	(36.524.412)	(34.934.418)
Total do Ativo		1.349.919.257	1.159.075.748	1.335.237.634	1.153.196.431

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	31/12/2024	Banco 31/12/2023	31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Passivo					
Circulante e Não Circulante		1.259.814.238	1.073.162.107	1.243.243.737	1.065.951.412
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		1.163.437.802	994.574.532	1.128.506.384	967.725.045
Depósitos	16	495.308.353	475.535.132	495.328.215	475.701.951
Captações no Mercado Aberto	16	162.905.234	141.939.228	150.477.979	134.793.745
Obrigações por Empréstimos	16	109.786.065	77.239.162	109.791.445	77.303.201
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	16	8.935.737	12.332.678	8.935.737	12.332.678
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16	179.579.804	167.198.665	164.263.962	149.203.270
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	46.481.417	30.051.184	34.948.116	25.606.801
Outros Passivos Financeiros	17.a	160.441.192	90.278.483	164.760.930	92.783.399
Outros Passivos	18	89.703.012	74.652.338	101.423.540	87.189.388
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	18	2.824.081	2.326.237	3.032.613	2.521.560
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	18	5.623.701	5.734.590	6.309.615	6.188.861
Outras Provisões	18	2.900.938	2.667.479	8.441.472	8.054.800
Diversos	18	78.354.292	63.924.032	83.639.840	70.424.167
Passivos Fiscais	10.c	6.673.424	3.935.237	13.313.813	11.036.979
Patrimônio Líquido					
Capital Social	20	90.105.019	85.913.641	90.743.958	86.084.331
Capital Social	20.a	65.000.000	55.000.000	65.000.000	55.000.000
Reservas de Capital	20.c	636.170	600.931	642.915	607.676
Reservas de Lucros	20.c	32.067.079	34.974.116	32.453.507	34.823.270
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(6.713.523)	(3.554.623)	(6.467.757)	(3.239.832)
(-) Ações em Tesouraria	20.d	(884.707)	(1.106.783)	(884.707)	(1.106.783)
Participação dos Acionistas Minoritários	20.e	-	-	1.249.939	1.160.688
Total do Patrimônio Líquido		90.105.019	85.913.641	91.993.897	87.245.019
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.349.919.257	1.159.075.748	1.335.237.634	1.153.196.431

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração do Resultado

		Banco		Consolidado						
	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	
Receitas da Intermediação Financeira		99.075.577	199.288.866	62.678.904	105.552.506	104.021.044	210.251.535	68.211.847	117.513.391	
Operações de Crédito		41.989.477	83.498.995	35.180.407	66.418.784	51.506.848	101.698.878	42.392.683	80.738.474	
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	-	-	263.202	472.923	234.544	451.366	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		6.a.V	43.695.782	86.382.912	23.018.023	35.614.151	39.112.640	80.764.234	25.967.877	34.208.228
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos			7.952.142	16.469.342	(729.607)	(7.775.051)	7.682.691	14.343.890	(5.611.906)	(9.216.635)
Resultado de Operações com Câmbio			1.028.336	4.563.359	787.044	2.565.019	1.028.335	4.563.358	787.044	2.565.019
Resultado das Aplicações Compulsórias			4.409.840	8.374.258	4.423.037	8.729.603	4.427.328	8.408.252	4.441.605	8.766.939
Despesas da Intermediação Financeira			(86.009.659)	(176.472.348)	(54.156.382)	(92.638.138)	(84.334.019)	(174.707.294)	(53.166.058)	(91.009.544)
Operações de Captação no Mercado		16.c	(61.783.117)	(121.416.497)	(39.899.170)	(69.871.635)	(58.500.588)	(116.275.220)	(37.280.862)	(65.063.945)
Resultado de Operações com Empréstimos e Repasses			(16.044.638)	(34.612.896)	(3.034.221)	1.758.453	(16.062.816)	(34.652.814)	(3.055.224)	1.698.601
Resultado de Operações com Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros			(534.781)	(1.111.666)	(71.591)	159.320	(558.455)	(1.351.484)	(26.776)	673.157
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		7.e	(7.647.123)	(19.331.289)	(11.151.400)	(24.684.276)	(9.212.160)	(22.427.776)	(12.803.196)	(28.317.357)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira			13.065.918	22.816.518	8.522.522	12.914.368	19.687.025	35.544.241	15.045.789	26.503.847
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			(5.382.923)	(11.203.414)	(5.915.197)	(8.931.324)	(9.119.049)	(18.504.175)	(9.614.992)	(17.918.719)
Receitas de Prestação de Serviços		22	6.691.013	13.032.839	6.417.910	11.796.214	8.550.156	16.662.866	7.989.397	14.810.446
Rendas de Tarifas Bancárias		22	2.492.426	4.813.465	2.379.189	4.690.934	3.069.596	5.905.149	2.844.549	5.532.996
Despesas de Pessoal		23	(3.281.788)	(6.764.112)	(3.441.418)	(6.817.427)	(4.680.912)	(9.525.947)	(4.663.427)	(9.191.970)
Outras Despesas Administrativas		24	(7.633.718)	(14.755.058)	(7.566.969)	(14.503.176)	(6.958.560)	(13.511.973)	(7.026.008)	(13.557.922)
Despesas Tributárias			(1.540.776)	(2.937.013)	(1.642.608)	(3.281.447)	(2.581.932)	(4.934.013)	(2.590.948)	(5.094.821)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		13.b	4.452.682	7.765.180	3.840.676	8.312.900	128.032	217.499	91.480	173.007
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		25	(6.562.762)	(12.358.715)	(5.901.977)	(9.129.322)	(6.645.429)	(13.317.756)	(6.260.035)	(10.590.455)
Resultado Operacional			7.682.995	11.613.104	2.607.325	3.983.044	10.567.976	17.040.066	5.430.797	8.585.128
Resultado não Operacional		26	73.376	2.049.411	76.011	145.824	74.381	2.071.370	72.964	1.281.607
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		10.d	7.756.371	13.662.515	2.683.336	4.128.868	10.642.357	19.111.436	5.503.761	9.866.735
Imposto de Renda e Contribuição Social			184.705	1.216.253	2.738.991	6.242.820	(1.806.702)	(2.820.603)	435.658	1.349.056
Provisão para Imposto de Renda			498.847	(88.809)	(85.930)	(107.697)	(485.387)	(2.374.518)	(1.406.390)	(2.810.010)
Provisão para Contribuição Social			367.913	(91.039)	(73.327)	(87.594)	(10.160)	(1.159.533)	(761.696)	(1.385.556)
Ativo Fiscal Diferido			(682.055)	1.396.101	2.898.248	6.438.111	(1.311.155)	713.448	2.603.744	5.544.622
Participações no Lucro			(987.146)	(1.843.316)	(741.121)	(1.507.458)	(1.430.306)	(2.623.232)	(1.084.481)	(2.098.640)
Participações dos Acionistas Minoritários		20.e	-	-	-	-	(111.665)	(190.211)	(91.572)	(143.494)
Lucro Líquido			6.953.930	13.035.452	4.681.206	8.864.230	7.293.684	13.477.390	4.763.366	8.973.657
Número de Ações (Mil)		20.a	7.498.531	7.498.531	7.498.531	7.498.531				
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)			927,37	1.738,40	624,28	1.182,13				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	Banco				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Lucro Líquido	6.953.930	13.035.452	4.681.206	8.864.230	7.293.684	13.477.390	4.763.366	8.973.657
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	(898.980)	(2.395.351)	319.558	1.576.071	(1.003.873)	(2.464.376)	365.281	1.575.335
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(1.219.586)	(2.581.630)	133.800	947.119	(1.324.479)	(2.650.655)	179.523	946.383
Próprios	(2.473.172)	(4.714.110)	150.617	1.480.055	(2.628.299)	(5.003.145)	242.831	1.633.014
De Ligada	(38.851)	(185.469)	9.753	120.981	-	-	-	-
Impostos	1.292.437	2.317.949	(26.570)	(653.917)	1.303.820	2.352.490	(63.308)	(686.631)
Hedge de Fluxo de Caixa	320.606	186.279	185.758	628.952	320.606	186.279	185.758	628.952
Próprios	611.348	355.207	354.214	1.199.318	611.348	355.207	354.214	1.199.318
Impostos	(290.742)	(168.928)	(168.456)	(570.366)	(290.742)	(168.928)	(168.456)	(570.366)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	(661.969)	(763.549)	(203.709)	(626.273)	(661.970)	(763.549)	(203.709)	(626.273)
Plano de Benefícios	(653.637)	(488.083)	(203.709)	(626.273)	(653.637)	(488.083)	(203.709)	(626.273)
Próprios	(1.246.469)	(940.944)	(296.484)	(994.304)	(1.246.470)	(940.944)	(296.484)	(994.304)
Impostos	592.833	452.861	92.775	368.031	592.833	452.861	92.775	368.031
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(8.332)	(275.466)	-	-	(8.333)	(275.466)	-	-
Ágio em aquisições de controladas	17.798	(256.937)	-	-	17.798	(256.937)	-	-
Outros	(26.130)	(18.529)	-	-	(26.131)	(18.529)	-	-
Resultado Abrangente do Período	5.392.981	9.876.552	4.797.055	9.814.028	5.627.841	10.249.465	4.924.938	9.922.719
Atribuível à controladora					5.516.176	10.059.254	4.833.366	9.779.225
Atribuível aos Acionistas Minoritários					111.665	190.211	91.572	143.494
Total					5.627.841	10.249.465	4.924.938	9.922.719

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Banco

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		55.000.000	436.314	5.888.573	26.364.455	(1.209.880)	(410.083)	(2.884.458)	-	(1.219.316)	81.965.605
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(626.273)	-	-	(626.273)
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	-	-	112.533	112.533
Resultado com Ações em Tesouraria		-	27.920	-	-	-	-	-	-	-	27.920
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	136.697	-	-	-	-	-	-	-	136.697
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.455.090	120.981	-	-	-	1.576.071
Dividendos Prescritos		-	-	-	56.858	-	-	-	-	-	56.858
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	8.864.230	-	8.864.230
Destinações:											
Reserva Legal	20.c	-	-	443.212	-	-	-	-	(443.212)	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	-	-	(6.200.000)	-	(6.200.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	2.221.018	-	-	-	(2.221.018)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.000.000	600.931	6.331.785	28.642.331	245.210	(289.102)	(3.510.731)	-	(1.106.783)	85.913.641
Mutações no Exercício		-	164.617	443.212	2.277.876	1.455.090	120.981	(626.273)	-	112.533	3.948.036
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.000.000	600.931	6.331.785	28.642.331	245.210	(289.102)	(3.510.731)	-	(1.106.783)	85.913.641
Plano de Benefícios a Funcionários (1)	19.d.2	-	-	-	-	-	-	(488.083)	-	-	(488.083)
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	-	-	222.076	222.076
Resultado com Ações em Tesouraria		-	38.068	-	-	-	-	-	-	-	38.068
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(2.829)	-	-	-	-	-	-	-	(2.829)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(2.209.882)	(185.469)	-	-	-	(2.395.351)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ágio		-	-	-	-	-	-	(256.937)	-	-	(256.937)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Outros		-	-	-	-	-	-	(18.529)	-	-	(18.529)
Aumento de Capital		10.000.000	-	-	(10.000.000)	-	-	-	-	-	-
Dividendos Prescritos		-	-	-	57.511	-	-	-	-	-	57.511
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	13.035.452	-	13.035.452
Destinações:											
Reserva Legal	20.c	-	-	651.773	-	-	-	-	(651.773)	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	-	-	(6.000.000)	-	(6.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	6.383.679	-	-	-	(6.383.679)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.000.000	636.170	6.983.558	25.083.521	(1.964.672)	(474.571)	(4.274.280)	-	(884.707)	90.105.019
Mutações no Exercício	—	10.000.000	35.239	651.773	(3.558.810)	(2.209.882)	(185.469)	(763.549)	-	222.076	4.191.378

(1) Inclui os efeitos da obrigação constituída em função da transação firmada entre o Banco Santander, BANESEPREV, AFABESP e assessores jurídicos em 27 de junho de 2024. Vide detalhes na nota 19, item d.2.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Banco

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldos em 30 de junho de 2024		65.000.000	510.985	6.331.785	21.747.152	(1.104.542)	(435.721)	(3.612.311)	-	(880.182)	87.557.166
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(653.637)	-	-	(653.637)
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.525)	(4.525)
Resultado de Ações em Tesouraria		-	(4.014)	-	-	-	-	-	-	-	(4.014)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	129.199	-	-	-	-	-	-	-	129.199
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(860.130)	(38.850)	-	-	-	(898.980)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ágio		-	-	-	-	-	-	17.798	-	-	17.798
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Outros		-	-	-	-	-	-	(26.130)	-	-	(26.130)
Dividendos Prescritos					34.212	-	-	-	-	-	34.212
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	6.953.930	-	6.953.930
Destinações:											
Reserva Legal	20.c	-	-	651.773	-	-	-	-	(651.773)	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	-	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	3.302.157	-	-	-	(3.302.157)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.000.000	636.170	6.983.558	25.083.521	(1.964.672)	(474.571)	(4.274.280)	-	(884.707)	90.105.019
Mutações no Semestre		-	125.185	651.773	3.336.369	(860.130)	(38.850)	(661.969)	-	(4.525)	2.547.853

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial					
Saldos em 31 de dezembro de 2022		55.000.000	444.969	5.898.768	26.126.387	(1.304.436)	(2.884.458)	-	(1.219.316)	82.061.914	1.353.319	83.415.233
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	(626.273)	-	-	(626.273)	-	(626.273)
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	-	112.533	112.533	-	112.533
Resultado de Ações em Tesouraria		-	27.920	-	-	-	-	-	-	27.920	-	27.920
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	134.787	-	-	-	-	-	-	134.787	-	134.787
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros												
Derivativos		-	-	-	-	1.575.335	-	-	-	1.575.335	-	1.575.335
Dividendos Prescritos		-	-	-	56.858	-	-	-	-	56.858	-	56.858
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	8.973.657	-	8.973.657	-	8.973.657
Destinações:												
Reserva Legal	20.c	-	-	448.683	-	-	-	(448.683)	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	-	(6.200.000)	-	(6.200.000)	-	(6.200.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	2.174.131	-	-	(2.174.131)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	150.843	-	-	(150.843)	-	-	-	-
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	20.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	143.494	143.494
Outros		-	-	-	(32.400)	-	-	-	-	(32.400)	(336.125)	(368.525)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.000.000	607.676	6.347.451	28.475.819	270.899	(3.510.731)	-	(1.106.783)	86.084.331	1.160.688	87.245.019
Mutações no Exercício		-	162.707	448.683	2.349.432	1.575.335	(626.273)	-	112.533	4.022.417	(192.631)	3.829.786

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado

	Explicativas	Social	de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação			Tesouraria	Líquido	Minoritários	Líquido
				Legal	Dividendos	Próprios	Patrimonial	Acumulados				
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.000.000	607.676	6.347.451	28.475.819	270.899	(3.510.731)	-	(1.106.783)	86.084.331	1.160.688	87.245.019
Plano de Benefícios a Funcionários (1)	19.d.2	-	-	-	-	-	(488.083)	-	-	(488.083)	-	(488.083)
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	-	222.076	222.076	-	222.076
Resultado de Ações em Tesouraria		-	38.068	-	-	-	-	-	-	38.068	-	38.068
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(2.829)	-	-	-	-	-	-	(2.829)	-	(2.829)
Derivativos		-	-	-	-	(2.464.376)	-	-	-	(2.464.376)	-	(2.464.376)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ágio		-	-	-	-	-	(256.937)	-	-	(256.937)	-	(256.937)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Outros		-	-	-	-	-	(18.529)	-	-	(18.529)	-	(18.529)
Dividendos Prescritos		-	-	-	57.513	-	-	-	-	57.513	-	57.513
Aumento de Capital		10.000.000	-	-	(10.000.000)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	13.477.390	-	13.477.390	-	13.477.390
Destinações:												
Reserva Legal	20.c	-	-	673.870	-	-	-	(673.870)	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	-	(6.000.000)		(6.000.000)	-	(6.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	6.748.010	-	-	(6.748.010)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	150.844	-	-	(55.510)	-	95.334	-	95.334
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	20.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	190.211	190.211
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.960)	(100.960)
Venda / Incorporação / Aquisição		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(109.819)	(109.819)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.859	8.859
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.000.000	642.915	7.021.321	25.432.186	(2.193.477)	(4.274.280)	-	(884.707)	90.743.958	1.249.939	91.993.897
Mutações no Exercício		10.000.000	35.239	673.870	(3.043.633)	(2.464.376)	(763.549)	-	222.076	4.659.627	89.251	4.748.878

(1) Inclui os efeitos da obrigação constituída em função da transação firmada entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos em 27 de junho de 2024. Vide detalhes na nota 19, item d.2.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial						Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido		
Saldos em 30 de junho de 2024		65.000.000	517.729	6.347.451	21.771.946	(1.189.604)	—	(3.612.310)	—	(880.182)	87.955.030	1.131.267	89.086.297
Plano de Benefícios a Funcionários		—	—	—	—	—	—	(653.637)	—	—	(653.637)	—	(653.637)
Ações em Tesouraria	20.d	—	—	—	—	—	—	—	—	(4.525)	(4.525)	—	(4.525)
Resultado de Ações em Tesouraria		—	(4.014)	—	—	—	—	—	—	—	(4.014)	—	(4.014)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		—	129.199	—	—	—	—	—	—	—	129.199	—	129.199
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		—	—	—	—	(1.003.873)	—	—	—	—	(1.003.873)	—	(1.003.873)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ágio		—	—	—	—	—	—	17.798	—	—	17.798	—	17.798
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Outros		—	—	—	—	—	—	(26.131)	—	—	(26.131)	—	(26.131)
Dividendos Prescritos		—	—	—	34.212	—	—	—	—	—	34.212	—	34.212
Lucro Líquido		—	—	—	—	—	—	—	7.293.684	—	7.293.684	—	7.293.684
Destinações:													
Reserva Legal	20.c	—	—	673.870	—	—	—	—	(673.870)	—	—	—	—
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	20.b	—	—	—	—	—	—	—	(3.000.000)	—	(3.000.000)	—	(3.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	—	—	—	3.626.006	—	—	—	(3.626.006)	—	—	—	—
Lucro não Realizado		—	—	—	—	—	—	—	6.192	—	6.192	—	6.192
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	20.e	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	111.665	111.665
Outros		—	—	—	22	—	—	—	—	—	22	7.007	7.029
Venda / Incorporação / Aquisição		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5.067	5.067
Outros		—	—	—	22	—	—	—	—	—	22	1.940	1.962
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.000.000	642.915	7.021.321	25.432.186	(2.193.477)	—	(4.274.280)	—	(884.707)	90.743.958	1.249.939	91.993.897
Mutações no Semestre		—	125.186	673.870	3.660.240	(1.003.873)	—	(661.970)	—	(4.525)	2.788.928	118.672	2.907.600

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

		Banco			Consolidado		
	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Atividades Operacionais							
Lucro Líquido		6.953.930	13.035.452	8.864.230	7.293.684	13.477.390	8.973.657
Ajustes ao Lucro Líquido		(13.322.944)	(16.310.212)	(7.896.305)	(5.677.907)	(3.399.838)	3.292.479
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	7.647.123	19.331.289	24.684.276	9.212.160	22.427.776	28.317.357
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	19.c	1.812.096	3.826.877	1.550.432	2.164.315	4.397.314	(274.779)
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	19.c	198.335	474.436	434.390	202.374	492.796	459.681
Tributos Diferidos		146.668	(1.818.504)	(6.903.415)	1.481.423	(315.996)	(5.857.238)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	(4.452.682)	(7.765.180)	(8.312.900)	(128.032)	(217.499)	(173.007)
Depreciações e Amortizações	24	1.660.646	3.225.626	3.085.308	1.781.408	3.475.694	3.334.064
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	26	(28.715)	(25.795)	(1.518)	(28.621)	(79.181)	(18.564)
Resultado de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	26	(65.056)	(146.343)	(86.130)	(67.676)	(91.046)	(87.509)
Resultado de Investimentos	26	—	(1.929.980)	—	229	(1.929.751)	—
Atualização de Depósitos Judiciais		(263.688)	(554.910)	(587.128)	(326.715)	(693.661)	(737.560)
Resultado em Garantias Financeiras Prestadas		88.528	54.833	137.065	88.528	54.833	137.065
Atualização de Impostos a Compensar		(112.227)	(251.452)	(505.672)	(214.993)	(380.219)	(559.512)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.665)	177	11.741	(4.665)	177	11.741
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(19.945.294)	(30.769.354)	(21.430.674)	(19.945.294)	(30.769.354)	(21.430.674)
Outros		(4.013)	38.068	27.920	107.652	228.279	171.414
Variações em Ativos e Passivos		(13.556.182)	(24.527.597)	6.395.837	(24.092.924)	(43.869.595)	13.411.556
Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(11.362.434)	(35.676.171)	(14.448.791)	(4.299.973)	(26.028.382)	397.078
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(15.873.642)	(42.622.398)	(26.068.096)	(17.730.405)	(42.855.751)	(36.286.641)
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil		(3.047.360)	(29.895.732)	(34.571.667)	(12.971.692)	(48.948.386)	(43.865.438)
Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(736.002)	(460.108)	945.897	(699.365)	(437.866)	944.968
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		(5.713.202)	(10.148.949)	(8.572.160)	(5.721.526)	(10.171.307)	(8.544.410)
Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros		(44.315.652)	(64.734.811)	41.492.581	(45.087.970)	(67.712.437)	40.087.313
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		270.213	(78.798)	193.819	240.874	(156.223)	110.113
Redução (aumento) em Outros Ativos		(6.096.760)	(6.950.772)	(18.894.279)	(7.069.063)	(5.871.921)	(10.343.388)
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(1.954.559)	(1.482.731)	(570.194)	(2.342.717)	(1.771.529)	(1.052.608)
Variação líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(3.754.169)	(4.796.528)	(928.902)	(3.755.279)	(4.797.842)	(936.777)
Aumento (redução) em Depósitos		(1.479.227)	19.773.221	53.621.992	(1.746.071)	19.626.264	54.773.122
Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto		6.086.818	20.966.006	24.970.302	6.914.551	15.684.234	25.032.821
Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		28.668.269	35.231.831	1.181.050	28.667.272	35.173.172	1.169.525
Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros		5.728.209	44.090.386	(64.247.605)	3.741.956	45.705.109	(62.924.343)
Aumento (redução) em Outros Passivos		40.380.883	51.999.582	52.068.431	38.507.474	49.374.334	51.103.806
Aumento (redução) em Passivos Fiscais Correntes		(291.883)	535.179	414.066	445.620	2.960.975	7.202.653
Imposto Pago		(65.684)	(276.804)	(190.607)	(1.186.610)	(3.642.039)	(3.456.238)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(19.925.196)	(27.802.357)	7.363.762	(22.477.147)	(33.792.043)	25.677.692
Atividades de Investimento							
Redução (Aumento) de Capital em Participações em Coligadas e Controladas		(577.000)	(577.000)	(429.200)	—	(5.000)	—
Aquisição de Participações		16.172	(424.495)	(54)	—	(114.020)	(5.054)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(443.576)	(645.134)	(1.040.101)	(467.688)	(732.036)	(1.149.074)
Aplicações no Intangível		(593.111)	(1.494.819)	(2.382.807)	(686.856)	(1.662.104)	(2.846.366)
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos		—	—	43	—	—	174

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Alienação de Participações em Coligadas e Controladas	1.863	71.883	20.000.000	—	—	138.578
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	23.453	647.232	725.561	35.053	375.236	92.893
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	(390.875)	—	419.970	(413.724)	37.510	485.547
Alienação de Imobilizado de Uso	171.114	240.740	228.619	226.222	298.090	280.919
Alienações no Intangível	58.085	58.280	(182.293)	18.734	81.695	183.441
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento	(1.733.875)	(2.123.313)	17.339.738	(1.288.259)	(1.720.629)	(2.818.942)
Atividades de Financiamento						
Aquisição e Alienação de Ações de Emissão Própria	20.d	(4.525)	222.076	112.533	(4.525)	222.076
Emissões de Obrigações de Longo Prazo	43.090.956	49.865.261	117.825.488	44.717.231	52.706.986	120.099.857
Emissões de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	7.600.200	7.600.200	—	7.800.300	7.800.300	—
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	(32.160.177)	(41.938.370)	(98.054.953)	(34.303.473)	(41.199.973)	(96.998.119)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(2.603.070)	(5.162.741)	(4.877.044)	(2.639.889)	(5.618.714)	(5.655.046)
Aumento (redução) em Participação dos Minoritários	—	—	—	5.066	(109.820)	(136.603)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento	15.923.384	10.586.426	15.006.024	15.574.710	13.800.855	17.422.621
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa	4.665	(177)	(11.741)	4.665	(177)	(11.741)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	(5.731.022)	(19.339.421)	39.697.783	(8.186.031)	(21.711.994)	40.269.630
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	76.856.793	90.465.192	50.767.409	76.681.738	90.207.701
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	71.125.771	71.125.771	90.465.192	68.495.707	90.207.701

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração do Valor Adicionado

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
		01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira		99.075.577	199.288.866	105.552.506	104.021.044
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	22	9.183.439	17.846.304	16.487.148	11.619.752
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	(7.647.123)	(19.331.289)	(24.684.276)	(9.212.160)
Outras Receitas e Despesas		(6.489.386)	(10.309.304)	(8.983.498)	(6.571.048)
Despesas da Intermediação Financeira		(78.302.432)	(155.773.920)	(63.596.685)	(76.817.008)
Insumos de Terceiros		(5.631.983)	(10.819.589)	(10.562.447)	(4.829.204)
Material, Energia e Outros		(131.916)	(279.614)	(285.028)	(143.219)
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	24	(2.312.815)	(4.557.689)	(3.458.862)	(1.938.593)
Outros		(3.187.252)	(5.982.286)	(6.818.557)	(2.747.392)
Valor Adicionado Bruto		10.188.092	20.901.068	14.212.748	18.211.376
Depreciações e Amortizações	24	(1.660.646)	(3.225.626)	(3.085.308)	(1.781.408)
Valor Adicionado Líquido Produzido		8.527.446	17.675.442	11.127.440	16.429.968
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	4.452.682	7.765.180	8.312.900	128.032
Valor Adicionado Total a Distribuir		12.980.128	25.440.622	19.440.340	16.558.000
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		3.816.356	7.705.065 30,3 %	7.419.160 38,9 %	5.448.972
Remuneração	23	2.163.220	4.246.297	4.117.011	2.891.862
Benefícios	23	1.145.678	1.145.678	1.146.901	1.740.047
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		194.151	386.426	388.034	286.935
Outras		313.307	1.926.664	1.767.214	530.128
Impostos, Taxas e Contribuições		1.519.669	3.990.262 15,7 %	2.301.529 12,1 %	3.995.262
Federais		1.093.366	3.167.327	1.540.599	3.412.694
Estaduais		986	650	601	1.022
Municipais		425.317	822.285	760.329	581.546
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	24	341.089	709.843 2,8 %	855.421 4,5 %	347.948
Remuneração de Capitais Próprios		7.303.014	13.035.452 51,2 %	8.484.230 44,5 %	6.765.818
Dividendos		-	200.000	380.000	-
Juros sobre o Capital Próprio	20.b	3.000.000	5.800.000	5.820.000	3.000.000
Reinvestimentos de Lucros		4.303.014	7.035.452	2.664.230	3.877.483
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	20.e	—	-	-	(111.665)
Total		12.980.128	25.440.622 100,0 %	19.060.340 100,0 %	16.558.000

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj.281, Bloco A, Cond. Wtorre JK – Vila Nova Conceição – São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Estas demonstrações incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na **Nota 13**, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, na reunião realizada em 03 de fevereiro de 2025.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

b) Novas normas emitidas com vigência futura

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis ao Banco, entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

I - Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas

A Resolução CMN nº 4.966/2021, com as atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100/2023 e demais normativos vinculados, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), convergindo os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. As principais mudanças referem-se: à classificação de instrumentos financeiros; ao reconhecimento de juros em caso de atraso; ao reconhecimento da taxa efetiva de juros contratual; à baixa a prejuízo e; ao reconhecimento da provisão com base na perda esperada e classificação das operações com problemas de crédito.

A adoção da referida normativa será aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção serão reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os principais impactos estimados (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e correlatas são:

1. Efeitos da alteração de categorias - refletem os impactos da remensuração decorrentes de reclassificação entre as categorias, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021:

I - De "Disponíveis para Venda" para "Custo Amortizado": O Banco Santander estima uma redução de R\$ 216.137 no valor dos ativos em contrapartida do Patrimônio Líquido oriundo da reversão dos ajustes de marcações a mercado sobre os títulos reclassificados.

2. Efeitos esperados da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021) - O Banco Santander estima um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 4.362 milhões (equivalente a um aumento de, aproximadamente, 11% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024), que inclui provisão mínima requerida, provisão adicional, além das provisões para títulos e garantias financeiras prestadas. Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros:

I - A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro;

II - A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros.

III - Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art.76 da Resolução BCB nº 352/2023, aplicando-se os percentuais definidos no Anexo II desta Resolução, observando o período de atraso.

O efeito da adoção inicial do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será reconhecido no patrimônio líquido pelo valor de R\$ 2.521 milhões, após os efeitos tributários.

3. Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento.

A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês.

Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos, demonstrados na **Nota 10.b.2**.

4. Demais mudanças na adoção inicial como a aplicação da taxa efetiva de juros e a remensuração de ativos financeiros que estavam em *stop accrual* em 31 de dezembro de 2024 não terão impactos, pois sua aplicação será prospectiva.

II - Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023

Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025.

O Banco Santander adotará de forma prospectiva a aplicação da referida norma, conforme § 5º da referida Resolução, para os contratos a serem celebrados a partir de janeiro de 2025.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

III - Resolução CMN nº 5.185/2024

Adoção pela Resolução CMN nº 5.185/2024 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade – CBPS quanto a divulgação como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas o relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2026. O Banco Santander está avaliando os impactos para atendimento desta norma.

c) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Santander e suas controladas, e suas agências no exterior.

As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação.

As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. As variações cambiais relacionadas a Hedge de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

b.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

c) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:

I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;

II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos,

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e

III - Títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumentos destinados a hedge ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/2002. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

I - Hedge de risco de mercado, onde a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

II - Hedge de fluxo de caixa, onde a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de créditos inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

f) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se principalmente a ativos não financeiros, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ativos não financeiros mantidos para venda e outros valores e bens são registrados e avaliados pelo menor valor entre; o valor contábil líquido e o valor justo líquido de despesa de vendas, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

g) Outras Receitas Operacionais

Representadas substancialmente por receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, são reconhecidas quando o Banco presta o serviço aos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, o Banco aplica o modelo de 5 passos atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

i) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

j) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

l) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

I.1) Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)**

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

I.2) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

m) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de Benefício Definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na **Nota 27**. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

O Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (**Nota 27**) e despesas de pessoal (**Nota 23**).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

n) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas Malus e Clawback, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

o) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (**Nota 16**).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

Os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na **Nota 16**.

p) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas na **Nota 19**.e e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

q) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

r) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na **Nota 10.b.2**, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

s) Juros sobre o Capital Próprio

Os Juros sobre o Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

t) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

u) Garantias Financeiras Prestadas

Conforme Resolução CMN nº 4.512/2016 as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

v) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na **Nota 30.h**

w) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023	Banco 31/12/2022
Disponibilidades	17.482.523	9.911.653	14.352.187
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	53.643.248	80.553.539	36.415.222
Aplicações no Mercado Aberto	28.103.405	65.766.340	27.344.519
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.007.501	1.007.830	1.241.815
Aplicações em Moedas Estrangeiras	20.532.342	13.779.369	7.828.888
Total	71.125.771	90.465.192	50.767.409

	31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Disponibilidades	17.504.978	10.109.122	14.420.204
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	50.990.729	80.098.579	35.517.867
Aplicações no Mercado Aberto	28.103.405	65.766.340	27.344.519
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.354.982	552.870	344.460
Aplicações em Moedas Estrangeiras	20.532.342	13.779.369	7.828.888
Total	68.495.707	90.207.701	49.938.071

As informações relativas a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				31/12/2024	Banco 31/12/2023
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	82.066.780	-	-	82.066.780	91.456.976
Posição Bancada	2.882.903	-	-	2.882.903	11.381.408
Letras do Tesouro Nacional - LTN	159.531	-	-	159.531	4.162.832
Notas do Tesouro Nacional - NTN	451.345	-	-	451.345	6.443.780
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.272.027	-	-	2.272.027	774.796
Posição Financiada	41.188.086	-	-	41.188.086	62.025.096
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.588.105	-	-	10.588.105	20.784.154
Notas do Tesouro Nacional - NTN	20.591.455	-	-	20.591.455	31.558.586
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.008.526	-	-	10.008.526	9.682.356
Posição Vendida	37.995.791	-	-	37.995.791	18.050.472
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.470.913	-	-	13.470.913	5.429.226
Notas do Tesouro Nacional - NTN	24.524.878	-	-	24.524.878	12.621.246
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.748.387	37.224.283	27.442.981	77.415.651	66.012.548
Aplicações em Moeda Estrangeira	20.532.342	-	-	20.532.342	13.779.369
Total	115.347.509	37.224.283	27.442.981	180.014.773	171.248.893

				31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	82.121.992	-	-	82.121.992	91.886.844
Posição Bancada	2.938.114	-	-	2.938.114	11.381.409
Letras do Tesouro Nacional - LTN	161.112	-	-	161.112	4.162.832
Notas do Tesouro Nacional - NTN	496.136	-	-	496.136	6.443.780
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.280.866	-	-	2.280.866	774.797
Posição Financiada	41.188.086	-	-	41.188.086	62.454.963
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.588.105	-	-	10.588.105	20.784.306
Notas do Tesouro Nacional - NTN	20.591.455	-	-	20.591.455	31.988.301
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.008.526	-	-	10.008.526	9.682.356
Posição Vendida	37.995.792	-	-	37.995.792	18.050.472
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.470.913	-	-	13.470.913	5.429.226
Notas do Tesouro Nacional - NTN	24.524.879	-	-	24.524.879	12.621.246
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.521.671	2.738.318	2.867.094	8.127.083	8.194.672
Aplicações em Moeda Estrangeira	20.532.342	-	-	20.532.342	13.779.369
Total	105.176.005	2.738.318	2.867.094	110.781.417	113.860.885

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	31/12/2024				Banco		31/12/2023				Consolidado	
											31/12/2024	31/12/2023
	Ajuste ao Valor de Mercado						Ajuste ao Valor de Mercado					
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil		
Títulos para Negociação	105.795.791	(3.574.927)	-	102.220.864	77.473.966	115.127.107	(3.878.869)	-	111.248.238	88.768.509		
Títulos Públicos	86.676.165	(2.629.374)	-	84.046.791	66.080.225	93.288.053	(2.706.948)	-	90.581.105	74.663.588		
Títulos Privados	19.119.626	(945.553)	-	18.174.073	11.393.741	21.839.054	(1.171.921)	-	20.667.133	14.104.921		
Títulos Disponíveis para Venda	156.325.349	(711.565)	(3.808.309)	151.805.475	120.585.604	166.450.531	(711.565)	(4.739.761)	160.999.205	131.314.717		
Títulos Públicos	88.587.733	(682.528)	(4.240.701)	83.664.504	56.076.980	98.381.830	(682.528)	(5.224.087)	92.475.215	65.580.863		
Títulos Privados	67.737.616	(29.037)	432.392	68.140.971	64.508.624	68.068.701	(29.037)	484.326	68.523.990	65.733.854		
Títulos Mantidos até o Vencimento	16.110.388	-	-	16.110.388	28.915.610	15.620.339	-	-	15.620.339	28.915.610		
Títulos Públicos	15.569.827	-	-	15.569.827	28.915.610	15.569.827	-	-	15.569.827	28.915.610		
Títulos Privados	540.561	-	-	540.561	-	50.512	-	-	50.512	-		
Total de Títulos e Valores Mobiliários	278.231.528	(4.286.492)	(3.808.309)	270.136.727	226.975.180	297.197.977	(4.590.434)	(4.739.761)	287.867.782	248.998.836		

II) Títulos para Negociação

										Banco
			31/12/2024	31/12/2023	Abertura por Vencimento					31/12/2024
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	86.676.165	(2.629.374)	84.046.791	66.080.225	-	9.406.410	18.593.724	14.353.084	41.693.573	84.046.791
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.991.467	(1.584)	12.989.883	3.884.114	-	947.904	4.703.540	3.327.272	4.011.167	12.989.883
Notas do Tesouro Nacional - NTN	55.246.423	(2.441.195)	52.805.228	45.518.819	-	4.401.706	8.909.986	3.188.719	36.304.817	52.805.228
Letras do Tesouro Nacional - LTN	17.147.955	(188.337)	16.959.618	15.998.947	-	3.317.233	4.430.041	7.835.116	1.377.228	16.959.618
Títulos da Dívida Agrária - TDA	3.681	(124)	3.557	10.952	-	-	1.580	1.977	-	3.557
Títulos da Dívida Externa Brasileira	298	63	361	359	-	-	-	-	361	361
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	1.286.341	1.803	1.288.144	667.034	-	739.567	548.577	-	-	1.288.144
Títulos Privados	19.119.626	(945.553)	18.174.073	11.393.741	955.503	148.733	4.598	203.975	16.861.264	18.174.073
Ações	1.058.381	(492.421)	565.960	816.300	565.960	-	-	-	-	565.960
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	674.400	(4.978)	669.422	894.851	-	3.952	2.578	196.935	465.957	669.422
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	305.429	(4.408)	301.021	422.192	-	-	1.004	1.454	298.563	301.021
Cotas de Fundos de Investimento	372.282	17.261	389.543	644.639	389.543	-	-	-	-	389.543

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Debêntures	16.565.896	(461.603)	16.104.293	8.457.618	-	947	1.016	5.586	16.096.744	16.104.293
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	143.238	596	143.834	158.141	-	143.834	-	-	-	143.834
Total	105.795.791	(3.574.927)	102.220.864	77.473.966	955.503	9.555.143	18.598.322	14.557.059	58.554.837	102.220.864

										Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	Abertura por Vencimento						31/12/2024
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total	
Títulos Públicos	93.288.053	(2.706.948)	90.581.105	74.663.588	-	9.487.095	19.335.841	16.132.052	45.626.119	90.581.107	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.283.378	51.827	16.335.205	10.249.701	-	1.028.589	4.704.159	4.464.309	6.138.148	16.335.205	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	57.248.064	(2.637.272)	54.610.792	47.469.734	-	4.401.706	8.909.985	3.188.719	38.110.382	54.610.792	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	18.466.291	(123.245)	18.343.046	16.265.807	-	3.317.233	5.171.540	8.477.047	1.377.228	18.343.048	
Títulos da Dívida Agrária - TDA	3.681	(124)	3.557	10.952	-	-	1.580	1.977	-	3.557	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	298	63	361	359	-	-	-	-	361	361	
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	1.286.341	1.803	1.288.144	667.035	-	739.567	548.577	-	-	1.288.144	
Títulos Privados	21.839.054	(1.171.921)	20.667.133	14.104.921	2.106.383	148.762	126.455	247.795	18.037.738	20.667.133	
Ações	1.878.459	(492.421)	1.386.038	1.913.255	1.386.038	-	-	-	-	1.386.038	
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	42.709	-	42.709	838	-	29	294	41.522	864	42.709	
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	674.908	(4.978)	669.930	894.851	-	3.952	2.578	197.443	465.957	669.930	
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	305.568	(4.408)	301.160	422.192	-	-	1.004	1.594	298.562	301.160	
Cotas de Fundos de Investimento	795.550	17.261	812.811	972.573	720.345	-	-	-	92.466	812.811	
Letras Financeiras - LF	1.142	-	1.142	-	-	-	-	1.142	-	1.142	
Debêntures	17.967.480	(689.678)	17.277.802	9.743.071	-	947	122.579	6.094	17.148.182	17.277.802	
Notas Comerciais	30.000	1.707	31.707	-	-	-	-	-	31.707	31.707	
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	143.238	596	143.834	158.141	-	143.834	-	-	-	143.834	
Total	115.127.107	(3.878.869)	111.248.238	88.768.509	2.106.383	9.635.857	19.462.296	16.379.847	63.663.857	111.248.240	

*Para fins de Demonstrações Financeiras, os Títulos Mantidos para Negociação são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

III) Títulos Disponíveis para Venda

				31/12/2024	31/12/2023	Abertura por Vencimento					Banco 31/12/2024
	Valor do	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:									
Títulos Disponíveis para Venda	Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	88.587.733	(682.528)	(4.240.701)	83.664.504	56.076.980	-	6.403.829	3.761.194	37.705.124	35.794.357	83.664.504
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	44.906.284	-	60.569	44.966.853	26.123.786	-	4.934.099	3.422.969	21.356.716	15.253.069	44.966.853
Letras do Tesouro Nacional - LTN	25.889.140	(531.797)	(1.981.623)	23.375.720	10.469.947	-	-	-	16.348.408	7.027.312	23.375.720
Notas do Tesouro Nacional - NTN	16.573.346	(150.731)	(2.279.292)	14.143.323	11.947.306	-	1.469.730	-	-	12.673.593	14.143.323
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.218.952	-	(40.344)	1.178.608	960.125	-	-	338.225	-	840.383	1.178.608
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	-	-	2.809.952	-	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	-	-	-	-	3.765.864	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados	67.737.616	(29.037)	432.392	68.140.971	64.508.624	6.897.282	6.853.414	12.067.726	19.139.640	23.182.909	68.140.971
Ações	64.333	-	(233)	64.100	6	64.100	-	-	-	-	64.100
Cédula de Produto Rural - CPR	25.423.411	-	(416.588)	25.006.823	24.664.608	-	2.286.101	8.601.844	8.735.990	5.382.888	25.006.823
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	2.259	-	(5)	2.254	131.711	-	-	2.254	-	-	2.254
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.684	-	(291)	1.393	1.762	-	-	-	-	1.393	1.393
Cotas de Fundos de Investimento	6.833.182	-	-	6.833.182	1.317.920	6.833.182	-	-	-	-	6.833.182
Debêntures	23.763.675	(29.037)	635.688	24.370.326	32.314.842	-	378.292	1.798.622	6.817.263	15.376.149	24.370.326
Eurobonds	4.164.946	-	219.951	4.384.897	3.265.754	-	3.952.965	-	6.288	425.644	4.384.897
Nota Comercial	2.382.812	-	(7.949)	2.374.863	2.237.675	-	-	184.528	854.438	1.335.897	2.374.863
Notas Promissórias - NP	5.101.314	-	1.819	5.103.133	574.346	-	236.056	1.480.478	2.725.661	660.938	5.103.133
Total	156.325.349	(711.565)	(3.808.309)	151.805.475	120.585.604	6.897.282	13.257.243	15.828.920	56.844.764	58.977.266	151.805.475

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

											Consolidado
											31/12/2024
				31/12/2024	31/12/2023	Abertura por Vencimento					
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
	Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido								
Títulos Públicos	98.381.830	(682.528)	(5.224.087)	92.475.215	65.580.863	-	6.901.418	4.251.502	42.781.930	38.540.365	92.475.215
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	51.447.846	-	63.210	51.511.056	32.179.254	-	5.096.196	3.913.277	26.328.626	16.172.957	51.511.056
Letras do Tesouro Nacional - LTN	25.889.140	(531.797)	(1.981.623)	23.375.720	11.263.902	-	-	-	16.348.408	7.027.312	23.375.720
Notas do Tesouro Nacional - NTN	19.825.881	(150.731)	(3.265.319)	16.409.831	14.601.764	-	1.805.222	-	104.896	14.499.713	16.409.831
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.218.952	-	(40.344)	1.178.608	960.125	-	-	338.225	-	840.383	1.178.608
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	-	-	2.809.952	-	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	-	-	-	-	3.765.866	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados	68.068.701	(29.037)	484.326	68.523.990	65.733.854	1.299.528	6.853.413	12.067.727	20.377.737	27.925.585	68.523.990
Ações	538.577	-	61.944	600.521	6	600.521	-	-	-	-	600.521
Cédula de Produto Rural - CPR	25.423.411	-	(416.588)	25.006.823	24.664.608	-	2.286.101	8.601.844	8.735.990	5.382.888	25.006.823
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	2.259	-	(5)	2.254	194.205	-	-	2.254	-	-	2.254
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.684	-	(291)	1.393	1.762	-	-	-	-	1.393	1.393
Cotas de Fundos de Investimento	704.151	-	(5.144)	699.007	1.238.583	699.007	-	-	-	-	699.007
Debêntures	28.765.459	(29.037)	630.706	29.367.128	33.282.680	-	378.292	1.798.623	7.459.207	19.731.006	29.367.128
Eurobonds	4.164.946	-	219.951	4.384.897	3.265.754	-	3.952.964	-	6.288	425.645	4.384.897
Nota Comercial	3.366.900	-	(8.066)	3.358.834	2.511.691	-	-	184.528	1.450.591	1.723.715	3.358.834
Notas Promissórias - NP	5.101.314	-	1.819	5.103.133	574.346	-	236.056	1.480.478	2.725.661	660.938	5.103.133
Total	166.450.531	(711.565)	(4.739.761)	160.999.205	131.314.717	1.299.528	13.754.831	16.319.229	63.159.667	66.465.950	160.999.205

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

							Banco
							31/12/2024
Abertura por vencimento							
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	Valor do Custo		Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	Total
	31/12/2024	31/12/2023					
Amortizado / Contábil			3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	
Títulos Públicos	15.569.827	28.915.610	5.427.456	7.650.638	1.098.801	1.392.932	15.569.827
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	11.108.077	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	202.066	4.274.359	-	-	-	202.066	202.066
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	10.733	13.402	-	-	10.733	-	10.733
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.071.494	2.548.055	-	2.071.494	-	-	2.071.494
Títulos da Dívida Externa Espanhola	5.579.144	4.925.839	-	5.579.144	-	-	5.579.144
Títulos da Dívida Externa Brasileira	7.706.390	6.045.878	5.427.456	-	1.088.068	1.190.866	7.706.390
Títulos Privado	540.561	-	-	-	-	540.561	540.561
Debêntures	540.561	-	-	-	-	540.561	540.561
Total	16.110.388	28.915.610	5.427.456	7.650.638	1.098.801	1.933.493	16.110.388

							Consolidado
							31/12/2024
Abertura por vencimento							
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	Valor do Custo		Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	Total
	31/12/2024	31/12/2023					
Amortizado / Contábil			3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	
Títulos Públicos	15.569.827	28.915.610	5.427.457	7.650.638	1.098.801	1.392.931	15.569.827
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	11.108.077	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	202.066	4.274.359	-	-	-	202.066	202.066
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	10.733	13.402	-	-	10.733	-	10.733
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.071.494	2.548.055	-	2.071.494	-	-	2.071.494
Títulos da Dívida Externa Espanhola	5.579.144	4.925.839	-	5.579.144	-	-	5.579.144
Títulos da Dívida Externa Brasileira	7.706.390	6.045.878	5.427.457	-	1.088.068	1.190.865	7.706.390
Títulos Privado	50.512	-	-	-	50.512	-	50.512
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	50.512	-	-	-	50.512	-	50.512
Total	15.620.339	28.915.610	5.427.457	7.650.638	1.149.313	1.392.931	15.620.339

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 15.265.228 (31/12/2023 - R\$ 28.852.011).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

Atendendo ao disposto Circular Bacen nº 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado
	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	68.463.125	22.198.039	26.318.891
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	20.567.480	13.231.690	9.148.480
Resultado de Títulos de Renda Variável	(1.481.578)	203.509	416.030
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	154.040
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	(1.201.461)	(378.242)	(611.996)
Outras (3)	35.346	359.155	(1.217.217)
Total	86.382.912	35.614.151	34.208.228

- (1) Inclui receita de variação cambial no valor de R\$ 47.936.629 no Banco e no Consolidado e efeito contrário em variação cambial com Captações nota 16.c. (31/12/2023 - receita de R\$ 3.220.752).
- (2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.
- (3) Inclui receita de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 472.985 no Banco e no Consolidado (2023 - despesa de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 267.715 no Banco e no Consolidado).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	31/12/2024				Banco		31/12/2023		Consolidado
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		31/12/2023
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Swap	25.651.269	25.112.860	16.527.382	17.206.706	17.041.277	16.751.694	12.458.472		13.300.550
Opções	7.343.707	7.129.994	2.190.977	2.546.777	4.960.932	4.455.075	2.635.506		2.685.361
Contratos a Termo e Outros	14.011.413	14.238.563	13.301.372	10.297.701	13.075.230	13.741.347	12.972.711		9.620.890
Total	47.006.389	46.481.417	32.019.731	30.051.184	35.077.439	34.948.116	28.066.689		25.606.801
Circulante	18.935.143	18.584.460	16.617.360	15.408.704	17.592.369	16.934.228	15.200.238		14.245.152
Não Circulante	28.071.246	27.896.957	15.402.371	14.642.480	17.485.070	18.013.888	12.866.451		11.361.649

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	31/12/2024					Banco
	31/12/2024					31/12/2023
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Negociação	Referencial (1)	da Curva	Justo	Referencial (1)	da Curva	Justo
Swap	1.185.429.773	432.611	538.409	1.080.128.583	(3.890.121)	(679.324)
Ativo	580.588.912	26.251.984	25.651.269	535.994.426	12.548.437	16.527.382
Juros	314.222.025	21.342.923	17.244.801	269.304.440	6.413.961	8.380.605
Moeda Estrangeira	260.930.253	3.899.867	8.242.181	262.428.400	5.823.911	7.780.989
Outros	5.436.634	1.009.194	164.287	4.261.586	310.565	365.788
Passivo	604.840.861	(25.819.373)	(25.112.860)	544.134.157	(16.438.558)	(17.206.706)
Juros	362.165.897	(16.412.446)	(16.720.390)	317.621.531	(9.753.936)	(10.237.656)
Moeda Estrangeira	238.244.057	(9.232.003)	(8.217.762)	221.967.981	(6.395.252)	(6.592.200)
Outros	4.430.907	(174.924)	(174.708)	4.544.645	(289.369)	(376.850)
Opções	587.869.565	(2.756.419)	213.713	859.964.525	(1.157.451)	(355.800)
Compromissos de Compra	270.296.393	5.217.589	7.343.707	420.089.089	2.447.416	2.190.977
Opções de Compra Moeda Estrangeira	29.171.916	3.359.330	4.547.697	8.705.243	692.136	432.845
Opções de Venda Moeda Estrangeira	18.885.700	588.543	578.424	5.326.447	408.144	489.785
Opções de Compra Outras	27.802.886	769.593	2.119.473	89.142.771	661.537	739.628
Mercado Interfinanceiro	6.953.020	420.720	1.046.085	3.729.452	217.219	265.824
Outras (2)	20.849.866	348.873	1.073.388	85.413.319	444.318	473.804

Relatório da Administração	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Declarações dos Diretores		
<i>*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.</i>						
Opções de Venda Outras	194.435.891	500.123	98.113	316.914.628	685.600	528.719
Mercado Interfinanceiro	553.161	111.802	80.262	543.157	46.852	30.439
Outras (2)	193.882.730	388.321	17.851	316.371.471	638.748	498.280
Compromissos de Venda	317.573.172	(7.974.008)	(7.129.994)	439.875.435	(3.604.867)	(2.546.777)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	32.414.733	(2.480.198)	(3.575.881)	3.453.152	(288.349)	(466.324)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	12.319.102	(795.112)	(401.425)	5.951.310	(527.978)	(431.952)
Opções de Compra Outras	61.458.788	(4.102.991)	(2.963.009)	113.106.162	(2.029.925)	(901.373)
Mercado Interfinanceiro	25.104.525	(3.339.121)	(1.338.328)	17.295.280	(1.479.724)	(710.121)
Outras (2)	36.354.263	(763.870)	(1.624.681)	95.810.882	(550.201)	(191.252)
Opções de Venda Outras	211.380.549	(595.707)	(189.679)	317.364.811	(758.615)	(747.128)
Mercado Interfinanceiro	1.395.691	(155.776)	(29.908)	370.221	(24.912)	(23.004)
Outras (2)	209.984.858	(439.931)	(159.771)	316.994.590	(733.703)	(724.124)
Contratos de Futuros	786.370.633	(27.992)	-	325.170.914	-	-
Posição Comprada	397.273.248	-	-	164.682.752	-	-
Cupom Cambial (DDI)	143.814.583	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	135.768.788	-	-	48.254.715	-	-
Moeda Estrangeira	107.515.197	-	-	68.838.058	-	-
Índice (3)	7.717.797	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	2.456.883	-	-	988.325	-	-
Posição Vendida	389.097.385	(27.992)	-	160.488.162	-	-
Cupom Cambial (DDI)	143.814.584	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	138.131.331	-	-	48.339.061	-	-
Moeda Estrangeira	96.976.790	(27.992)	-	64.559.123	-	-
Índice (3)	7.717.797	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	2.456.883	-	-	988.325	-	-
Contratos a Termo e Outros	482.555.256	6.508.308	(227.150)	367.004.069	3.312.025	3.003.671
Compromissos de Compra	245.713.053	13.800.993	14.011.413	185.200.220	18.046.952	13.301.372
Moedas	186.375.847	5.217.091	5.356.193	138.731.942	17.047.097	4.936.483
Outros	59.337.206	8.583.902	8.655.220	46.468.278	999.855	8.364.889
Compromissos de Venda	236.842.203	(7.292.685)	(14.238.563)	181.803.849	(14.734.928)	(10.297.701)
Moedas	187.201.593	(6.042.836)	(6.308.063)	135.183.330	(13.498.486)	(2.119.840)
Outros	49.640.610	(1.249.849)	(7.930.500)	46.620.519	(1.236.442)	(8.177.861)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/12/2024			Consolidado		
				31/12/2023		
Negociação	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	870.646.243	(5.416.961)	289.583	821.847.697	(2.046.626)	(842.078)
Ativo	428.077.261	11.989.199	17.041.277	407.775.731	9.193.215	12.458.472
Juros	212.769.602	8.288.494	9.155.517	193.567.208	5.054.833	6.481.014
Moeda Estrangeira	207.863.441	3.593.516	7.449.012	212.970.458	4.136.463	5.977.193
Outros	7.444.218	107.189	436.748	1.238.065	1.919	265
Passivo	442.568.982	(17.406.160)	(16.751.694)	414.071.966	(11.239.841)	(13.300.550)
Juros	300.101.297	(13.645.096)	(13.848.264)	267.400.407	(9.117.639)	(9.754.177)
Moeda Estrangeira	133.470.413	(3.588.425)	(2.726.684)	143.788.702	(1.907.489)	(3.332.851)
Outros	8.997.272	(172.639)	(176.746)	2.882.857	(214.713)	(213.522)
Opções	538.580.486	(1.728.092)	505.857	857.662.210	(1.112.873)	(49.854)
Compromissos de Compra	248.136.847	2.889.580	4.960.932	419.095.674	2.252.815	2.635.506
Opções de Compra Moeda Estrangeira	17.652.928	1.170.432	2.035.001	7.711.827	497.534	426.074
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.969.754	449.432	297.814	5.326.447	408.144	489.785
Opções de Compra Outras	25.078.274	769.593	2.530.004	89.142.771	661.537	1.183.085
Mercado Interfinanceiro	4.228.408	420.720	1.456.616	3.729.452	217.219	265.824
Outras (2)	20.849.866	348.873	1.073.388	85.413.319	444.318	917.261
Opções de Venda Outras	194.435.891	500.123	98.113	316.914.629	685.600	536.563
Mercado Interfinanceiro	553.161	111.802	80.262	543.157	46.852	30.439
Outras (2)	193.882.730	388.321	17.851	316.371.471	638.748	506.124
Compromissos de Venda	290.443.639	(4.617.672)	(4.455.075)	438.566.536	(3.365.688)	(2.685.361)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	10.516.526	(597.168)	(786.707)	3.453.152	(288.349)	(466.325)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	11.046.513	(555.932)	(275.212)	4.642.411	(288.799)	(431.952)
Opções de Compra Outras	57.500.051	(2.868.865)	(3.203.477)	113.106.162	(2.029.925)	(999.258)
Mercado Interfinanceiro	21.145.788	(2.104.995)	(1.578.796)	17.295.280	(1.479.724)	(710.121)
Outras (2)	36.354.263	(763.870)	(1.624.681)	95.810.882	(550.201)	(289.137)
Opções de Venda Outras	211.380.549	(595.707)	(189.679)	317.364.811	(758.615)	(787.826)
Mercado Interfinanceiro	1.395.691	(155.776)	(29.908)	370.221	(24.912)	(23.004)
Outras (2)	209.984.858	(439.931)	(159.771)	316.994.590	(733.703)	(764.822)
Contratos de Futuros	785.337.223	(27.992)	-	325.170.915	-	-
Posição Comprada	396.239.838	-	-	164.682.752	-	-
Cupom Cambial (DDI)	143.814.583	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	135.768.788	-	-	48.254.715	-	-
Moeda Estrangeira	106.481.787	-	-	68.838.058	-	-
Índice (3)	7.717.797	-	-	5.269.712	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Treasury Bonds/Notes	2.456.883	-	-	988.325	-	-
Posição Vendida	389.097.385	(27.992)	-	160.488.163	-	-
Cupom Cambial (DDI)	143.814.584	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	138.131.331	-	-	48.339.061	-	-
Moeda Estrangeira	96.976.790	(27.992)	-	64.559.123	-	-
Índice (3)	7.717.797	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	2.456.883	-	-	988.325	-	-
Contratos a Termo e Outros	443.722.256	6.675.015	(666.117)	330.970.103	3.288.881	3.351.821
Compromissos de Compra	226.379.907	13.065.871	13.075.230	167.171.665	17.249.113	12.972.711
Moedas	176.481.430	4.649.383	4.759.269	134.610.617	17.042.331	4.932.718
Outros	49.898.477	8.416.488	8.315.961	32.561.048	206.782	8.039.993
Compromissos de Venda	217.342.349	(6.390.856)	(13.741.347)	163.798.438	(13.960.232)	(9.620.890)
Moedas	177.766.056	(5.934.009)	(6.151.264)	130.779.288	(13.211.003)	(1.766.190)
Outros	39.576.293	(456.847)	(7.590.083)	33.019.150	(749.229)	(7.854.700)

- (1) Valor nominal dos contratos atualizados.
- (2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
- (3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

										Banco
										Valor Referencial
					Contraparte			Abertura por Vencimento	Mercado de Negociação	
					31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2024
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	248.822.683	735.721.902	200.885.188	1.185.429.773	1.080.128.583	155.348.696	182.774.979	847.306.098	197.794.026	987.635.747
Opções	72.193.642	56.996.731	458.679.192	587.869.565	859.964.525	80.264.346	375.497.527	132.107.692	415.336.706	172.532.859
Contratos de Futuros	13.890.950	4.662.098	767.817.585	786.370.633	325.170.914	415.684.910	197.209.979	173.475.744	781.708.535	4.662.098
Contratos a Termo e Outros	180.609.297	232.117.055	69.828.904	482.555.256	367.004.069	279.916.382	111.279.751	91.359.123	55.754.746	426.800.510

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

										Consolidado
										Valor Referencial
					Contraparte			Abertura por Vencimento	Mercado de Negociação	
	31/12/2024				31/12/2023			31/12/2024	31/12/2024	
	Partes		Instituições				Até	De 3 a	Acima de	
	Cientes	Relacionadas	Financeiras (1)	Total	Total	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	248.822.683	408.569.543	213.254.017	870.646.243	821.847.697	131.200.163	142.493.857	596.952.223	167.924.413	702.721.830
Opções	72.193.642	7.707.652	458.679.192	538.580.486	857.662.210	80.264.346	375.497.526	82.818.614	415.336.706	123.243.780
Contratos de Futuros	13.890.950	3.628.688	767.817.585	785.337.223	325.170.915	415.684.910	197.209.979	172.442.334	781.708.535	3.628.688
Contratos a Termo e Outros	180.609.297	193.284.055	69.828.904	443.722.256	330.970.103	273.869.288	104.483.252	65.369.716	55.754.746	387.967.510

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados na B3.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de hedge de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos. A metodologia de gestão do hedge de risco de mercado adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência no exterior. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency,
- Para operações ativas e passivas indexadas em taxas pré e inflação (objeto de hedge) são utilizados contratos futuros negociados em bolsa (instrumento de hedge).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Para proteção da volatilidade de variação de fluxos de caixa em operações indexadas à moeda estrangeira ou taxas pós-fixadas (objeto de hedge), utiliza-se como instrumento de hedge contratos futuros ou swaps de taxas de juros para previsibilidade dos fluxos de caixa futuros.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

Estratégias	31/12/2024						Banco 31/12/2023			
	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional	
	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (*)	Instrumento (*)	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Hedge de Risco de Mercado										
Contratos de Swap	211.637	253.106	200.658	222.626	10.979	30.480	304.799	288.423	272.805	290.091
Hedge de Operações de Crédito	211.637	253.106	200.658	222.626	10.979	30.480	304.799	288.423	272.805	290.091
Contratos de Futuros	42.217.962	47.858.409	42.023.997	47.861.608	193.965	(3.199)	20.013.827	20.263.142	21.325.623	21.045.909
Hedge de Operações de Crédito	9.962.962	13.394.432	10.017.522	13.238.024	(54.560)	156.408	7.098.063	7.322.033	8.339.747	8.103.679
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	22.717.743	25.201.977	22.504.539	25.344.183	213.204	(142.206)	1.712.916	2.496.306	1.775.818	2.496.723
Hedge de Captações	9.537.257	9.262.000	9.501.936	9.279.401	35.321	(17.401)	11.202.848	10.444.803	11.210.058	10.445.507
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Swap	-	-	-	-	-	-	12.712.510	10.260.273	13.176.910	10.807.983
Hedge de Captações	-	-	-	-	-	-	12.712.510	10.260.273	13.176.910	10.807.983
Contratos de Futuros	77.296.634	79.910.035	77.474.456	79.915.645	(177.822)	(5.610)	23.474.440	18.881.495	21.507.468	17.409.795
Hedge de Operações de Crédito	738.333	1.566.189	730.322	1.639.466	8.011	(73.277)	4.775.959	2.377.994	4.514.260	1.210.499
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	27.613.484	35.677.670	27.556.993	35.717.857	56.491	(40.187)	9.820.833	8.593.414	9.525.807	8.228.328
Hedge de Captações	48.944.817	42.666.176	49.187.141	42.558.322	(242.324)	107.854	8.877.648	7.910.087	7.467.401	7.970.968

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estratégias	31/12/2024						Consolidado 31/12/2023			
	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional	
	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (*)	Instrumento (*)	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Hedge de Risco de Mercado										
Contratos de Swap	211.637	253.106	200.658	222.626	10.979	30.480	304.799	288.423	272.805	290.091
Hedge de Operações de Crédito	211.637	253.106	200.658	222.626	10.979	30.480	304.799	288.423	272.805	290.091
Contratos de Futuros	42.217.962	47.858.409	42.023.997	47.861.608	193.965	(3.199)	20.013.827	20.263.142	21.325.623	21.045.909
Hedge de Operações de Crédito	9.962.962	13.394.432	10.017.522	13.238.024	(54.560)	156.408	7.098.063	7.322.033	8.339.747	8.103.679
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	22.717.743	25.201.977	22.504.539	25.344.183	213.204	(142.206)	1.712.916	2.496.306	1.775.818	2.496.723
Hedge de Captações	9.537.257	9.262.000	9.501.936	9.279.401	35.321	(17.401)	11.202.848	10.444.803	11.210.058	10.445.507
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Swap	7.222.492	4.961.929	5.912.456	6.184.415	1.310.036	(1.222.486)	18.843.967	15.351.145	18.238.421	15.770.933
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	7.222.492	4.961.929	5.912.456	6.184.415	1.310.036	(1.222.486)	18.843.967	15.351.145	18.238.421	15.770.933
Contratos de Futuros	77.296.634	79.910.035	77.474.456	79.915.645	(177.822)	(5.610)	23.474.440	18.881.495	21.507.468	17.409.795
Hedge de Operações de Crédito	738.333	1.566.189	730.322	1.639.466	8.011	(73.277)	4.775.959	2.377.994	4.514.260	1.210.499
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	27.613.484	35.677.670	27.556.993	35.717.857	56.491	(40.187)	9.820.833	8.593.414	9.525.807	8.228.328
Hedge de Captações	48.944.817	42.666.176	49.187.141	42.558.322	(242.324)	107.854	8.877.648	7.910.087	7.467.401	7.970.968

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Banco					Consolidado					
	31/12/2024		31/12/2023			31/12/2024		31/12/2023			
Estratégias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		Total
Hedge de Risco de Mercado											
Contratos de Swap	-	-	222.626	222.626	288.766	-	-	222.626	222.626	290.091	
Hedge de Operações de Crédito	-	-	222.626	222.626	288.766	-	-	222.626	222.626	290.091	
Contratos de Futuros	3.864.127	7.297.980	36.699.501	47.861.608	25.701.246	3.864.127	7.297.980	36.699.501	47.861.608	21.045.909	
Hedge de Operações de Crédito	2.752.355	5.084.066	5.401.603	13.238.024	12.759.016	2.752.355	5.084.066	5.401.603	13.238.024	8.103.679	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	62.726	597.900	24.683.557	25.344.183	2.496.723	62.726	597.900	24.683.557	25.344.183	2.496.723	
Hedge de Captações	1.049.046	1.616.014	6.614.341	9.279.401	10.445.507	1.049.046	1.616.014	6.614.341	9.279.401	10.445.507	
Hedge de Fluxo de Caixa											
Contratos de Swap	-	-	-	-	(547.710)	-	-	6.184.415	6.184.415	15.770.933	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	(547.710)	-	-	6.184.415	6.184.415	15.770.933	
Contratos de Futuros	21.710.486	13.502.056	44.703.103	79.915.645	393.863	21.710.486	13.502.056	44.703.103	79.915.645	17.409.795	
Hedge de Operações de Crédito	1.639.466	-	-	1.639.466	2.138	1.639.466	-	-	1.639.466	1.210.499	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	11.253.351	-	24.464.506	35.717.857	294.688	11.253.351	-	24.464.506	35.717.857	8.228.328	
Hedge de Captações	8.817.669	13.502.056	20.238.597	42.558.322	97.037	8.817.669	13.502.056	20.238.597	42.558.322	7.970.968	

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção. Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Banco/Consolidado			
	Valor Nominal			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	4.421.208	16.153.307	3.456.614	10.293.916
Total	4.421.208	16.153.307	3.456.614	10.293.916

	31/12/2024		31/12/2023	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	20.574.515	20.574.515	13.750.530	13.750.530
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	20.574.515	20.574.515	13.750.530	13.750.530
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	20.574.515	20.574.515	13.750.530	13.750.530

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	17.549.673	14.688.274	23.592.559	20.991.334
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.508.322	1.061.960	6.891.750	2.122.045
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.238.526	2.301.790	4.775.234	4.988.403
Total	25.296.521	18.052.024	35.259.543	28.101.782

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

7. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Operações de Crédito	366.260.564	354.093.609	455.187.766	427.599.259
Empréstimos e Títulos Descontados	232.562.968	222.773.857	236.417.496	225.733.376
Financiamentos	46.479.366	47.197.805	131.552.040	117.743.936
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	22.372.599	22.350.907	22.372.599	22.350.907
Financiamentos Imobiliários	64.845.631	61.771.040	64.845.631	61.771.040
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	3.343.516	3.164.051
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	6.893.789	4.301.307	6.893.789	4.301.307
Outros Créditos	77.597.078	77.812.411	84.339.395	81.794.055
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 9.a.)	649.347	1.450.794	874.161	1.810.543
Rendas a Receber de Adiantamento Concedido e Importações Financiadas	254.984	157.593	254.984	157.593
Outros Créditos Diversos (2)	76.692.747	76.204.025	83.210.250	79.825.919
Total	450.751.431	436.207.327	549.764.466	516.858.672

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 11).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1º de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as cessões sem coobrigação foram no montante de R\$ 8.131.033 (31/12/2023 - R\$ 7.469.843), sendo R\$ 170.492 em Carteira Ativa e R\$ 7.960.541 em Carteira de Prejuízo, gerando um resultado de R\$ 47.256 (31/12/2023 - R\$ 59.386). Esses montantes referiam-se majoritariamente a operações de empréstimos e títulos descontados com terceiros.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente das operações cedidas é de R\$ 21.810 - (31/12/2023 - R\$ 26.696).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória em determinadas situações. O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra. A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

b.1) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vencidas	12.346.986	9.605.843	13.513.061	11.070.469
A vencer:				
Até 3 meses	60.780.744	54.140.443	71.047.155	63.866.924
De 3 a 12 meses	78.526.962	80.552.996	106.964.875	106.484.133
Acima de 12 meses	214.605.872	209.794.327	267.006.191	249.341.784
Total	366.260.564	354.093.609	458.531.282	430.763.310

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.2) Outros Créditos e Adiantamentos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vencidas	233.859	167.353	272.505	224.963
A vencer:				
Até 3 meses	58.339.494	58.690.731	60.244.991	59.645.397
De 3 a 12 meses	23.970.716	21.590.633	28.718.634	24.086.401
Acima de 12 meses	1.946.798	1.665.001	1.997.054	2.138.601
Total	84.490.867	82.113.718	91.233.184	86.095.362

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Setor Privado	447.446.507	433.995.618	546.452.255	514.641.345
Indústria	79.442.057	76.652.008	81.446.231	78.454.638
Comércio	52.978.597	55.554.562	61.307.992	62.919.149
Instituições Financeiras	1.890.405	1.989.794	537.587	1.726.240
Serviços e Outros (1)	61.714.853	59.014.390	70.515.647	65.197.183
Pessoas Físicas	245.331.144	234.815.709	323.676.684	298.338.615
Cartão de Crédito	58.973.541	50.865.659	58.973.541	50.865.659
Crédito Imobiliário	62.521.770	59.503.137	62.521.770	59.503.137
Crédito Consignado	69.373.036	66.388.826	69.373.036	66.388.826
Financiamento e Leasing de Veículos	330.988	620.151	75.092.724	61.027.223
Outros (2)	54.131.809	57.437.936	57.715.613	60.553.770
Agricultura	6.089.451	5.969.155	8.968.114	8.005.520
Setor Público	3.304.924	2.211.709	3.312.211	2.217.327
Governo Estadual	202.846	385.611	202.846	385.611
Governo Municipal	3.102.078	1.826.098	3.109.365	1.831.716
Total	450.751.431	436.207.327	549.764.466	516.858.672

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

													Banco
													31/12/2023
													Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Provisão			Carteira de Créditos			Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	0,0 %	192.310.586	-	192.310.586	-	-	-	185.037.635	-	185.037.635	-	-	-
A	0,5 %	134.726.623	-	134.726.623	673.633	1	673.634	125.473.009	-	125.473.009	627.365	3	627.368
B	1,0 %	36.255.755	3.760.232	40.015.987	400.160	36	400.196	36.135.274	3.240.124	39.375.398	393.754	123	393.877
C	3,0 %	34.579.637	3.600.677	38.180.314	1.145.409	1.581	1.146.990	32.993.383	2.835.006	35.828.389	1.074.852	1.534	1.076.386
D	10,0 %	10.673.388	3.352.482	14.025.870	1.402.587	1.171.209	2.573.796	11.590.372	3.305.289	14.895.661	1.489.566	100.659	1.590.225
E	30,0 %	3.676.230	2.999.666	6.675.896	2.002.769	1.105.600	3.108.369	4.749.941	2.373.124	7.123.065	2.136.920	92.052	2.228.972
F	50,0 %	2.087.966	2.062.615	4.150.581	2.075.290	707.579	2.782.869	2.367.035	1.995.167	4.362.202	2.181.101	93.570	2.274.671
G	70,0 %	3.542.870	2.041.040	5.583.910	3.908.738	1.194.985	5.103.723	6.638.832	2.213.364	8.852.196	6.196.537	1.756.763	7.953.300
H	100,0 %	4.491.646	10.482.198	14.973.844	14.973.844	-	14.973.844	4.268.646	10.750.035	15.018.681	15.018.681	-	15.018.681
Total		422.344.701	28.298.910	450.643.611	26.582.430	4.180.991	30.763.421	409.254.127	26.712.109	435.966.236	29.118.776	2.044.704	31.163.480
Circulante							12.877.876						10.990.008
Não Circulante							17.885.545						20.173.472

													Consolidado
													31/12/2023
													Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Provisão			Carteira de Créditos			Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	0,0 %	214.065.269	-	214.065.269	-	-	-	203.142.039	-	203.142.039	-	-	-
A	0,5%	186.463.460	-	186.463.460	932.317	1	932.318	166.591.676	-	166.591.676	832.958	3	832.961
B	1,0%	48.692.644	5.672.789	54.365.433	543.654	36	543.690	45.233.297	4.927.564	50.160.861	501.609	123	501.732
C	3,0%	37.850.167	5.493.074	43.343.241	1.300.297	1.581	1.301.878	35.718.161	4.329.428	40.047.589	1.201.428	1.534	1.202.962
D	10,0%	11.605.103	4.301.969	15.907.072	1.590.707	1.171.209	2.761.916	12.283.076	4.149.299	16.432.375	1.643.238	100.659	1.743.897
E	30,0%	3.816.828	3.603.895	7.420.723	2.226.217	1.105.600	3.331.817	4.899.901	2.959.053	7.858.954	2.357.686	92.052	2.449.738
F	50,0%	2.329.634	2.548.248	4.877.882	2.438.941	707.579	3.146.520	3.107.877	2.492.362	5.600.239	2.800.120	93.570	2.893.690
G	70,0%	3.595.501	2.385.997	5.981.498	4.187.049	1.194.985	5.382.034	6.706.701	2.595.044	9.301.745	6.511.222	1.756.763	8.267.985
H	100,0%	4.822.656	12.409.416	17.232.072	17.232.072	-	17.232.072	4.665.549	12.816.554	17.482.103	17.482.103	-	17.482.103
Total		513.241.262	36.415.388	549.656.650	30.451.254	4.180.991	34.632.245	482.348.277	34.269.304	516.617.581	33.330.364	2.044.704	35.375.068
Circulante							14.659.229						12.476.411
Não Circulante							19.973.016						22.898.657

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

(3) No Banco e no Consolidado o total da carteira de créditos inclui o valor de R\$ 108 milhões (31/12/2023- R\$ 241 milhões), referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com Instrução Normativa BCB nº 276/2022 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)

Conforme a Resolução CMN nº 4.846/2020, demonstramos a seguir, as operações relacionadas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), classificadas por nível de risco e juntamente com o montante da provisão constituída para cada nível de risco:

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	31/12/2024		Banco/ Consolidado 31/12/2023	
		Ativo	Provisão Requerida (1)	Ativo	Provisão Requerida (1)
D	10,0%	-	-	79	1
E	30,0%	-	-	213	10
F	50,0%	-	-	344	26
G	70,0%	-	-	357	37
H	100,0%	230	34	8.467	1.394
Total		230	34	9.460	1.468

(1) Saldo de provisão constituída sobre a parcela do crédito cujo risco é do Banco Santander (Brasil) S.A.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	31.163.480	30.316.513	35.375.068	34.453.117
Constituições Líquidas das Reversões	19.331.289	24.684.276	22.427.776	28.317.357
Baixas	(19.731.359)	(23.837.309)	(23.170.742)	(27.395.406)
Saldo Final	30.763.410	31.163.480	34.632.102	35.375.068
Créditos Recuperados	2.567.893	3.143.136	3.121.452	3.804.787

f) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Créditos Renegociados (1)	25.258.733	28.034.135	29.301.596	32.761.140
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(14.048.511)	(16.032.317)	(15.272.791)	(17.628.394)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	55,6 %	57,2 %	52,1 %	53,8 %

(1) Foram consideradas operações para as quais ocorreram contratações de acordos, em atraso a partir de 30 dias.

g) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	31/12/2024		Consolidado 31/12/2023	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	12.874.023	1,6%	9.055.658	1,3%
10 Maiores	77.964.475	9,7%	53.202.978	7,6%
20 Maiores	106.563.839	13,3%	82.601.115	11,7%
50 Maiores	154.914.156	19,4%	134.058.263	19,0%
100 Maiores	192.858.180	24,1%	174.946.657	24,8%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

8. Carteira de Câmbio

	31/12/2024	Banco/ Consolidado 31/12/2023
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	80.518.010	24.590.136
Câmbio Comprado a Liquidar	55.142.228	43.427.082
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(226.965)	(516.110)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 7.a)	254.984	157.593
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	—	571
Total	135.688.257	67.659.272
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	93.549.590	40.391.634
Obrigações por Compra de Câmbio	44.470.630	27.663.172
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 7.a)	(6.893.789)	(4.301.307)
Outros	152	121
Total	131.126.583	63.753.620
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	1.504.007	1.582.289
Créditos de Exportação Confirmados	30.968	193.368

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

9. Outros Ativos Financeiros**a) Outros Ativos Financeiros**

	Banco	
	31/12/2024	31/12/2023
Carteira de Câmbio	135.589.906	67.659.272
Negociação e Intermediação de Valores	3.566.226	1.763.642
Relações Interfinanceiras	118.284.820	105.155.562
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	649.347	1.450.794
Total	258.090.299	176.029.270
Circulante	256.568.819	168.072.525
Não Circulante	1.521.480	7.956.745

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Carteira de Câmbio	135.688.257	67.659.272
Negociação e Intermediação de Valores	9.560.569	4.743.775
Relações Interfinanceiras	118.607.637	105.454.708
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	874.161	1.810.543
Total	264.730.624	179.668.298
Circulante	249.132.463	168.832.950
Não Circulante	15.598.162	10.835.348

b) Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	912.640	824.002	6.148.777	3.410.828
Caixas de Registro e Liquidação	71.001	2.049	92.001	5.086
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	6.469	109.491	649.225	442.332
Bolsas - Depósitos em Garantia	1.601.051	473.271	1.601.051	479.274
Outros	975.065	354.829	1.069.515	406.255
Total	3.566.226	1.763.642	9.560.569	4.743.775
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	1.310.153	294.254	3.383.158	1.107.953
Credores - Conta Liquidações Pendentes	78.765	4.976	307.536	236.854
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	1.408.147	1.273.344
Caixas de Registro e Liquidação	-	10.227	332.864	162.694
Comissões e Corretagens a Pagar	6.498	3.187	8.628	4.554
Outros	28.715	436	68.630	542
Total	1.424.131	313.080	5.508.963	2.785.941

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

10. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2024	Banco		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos Fiscais Diferidos	47.719.313	41.271.976	51.654.358	46.196.503
Impostos e Contribuições a Compensar	9.760.997	8.026.814	11.578.902	9.427.154
Total	57.480.310	49.298.790	63.233.260	55.623.657
Circulante	2.662.199	3.834.028	2.971.864	4.738.408
Não Circulante	54.818.111	45.464.762	60.261.396	50.885.249

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens			Banco	
	31/12/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização Saldo em 31/12/2024
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	61.686.641	55.875.335	25.143.901	9.427.390	(6.812.302)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.072.314	2.856.292	1.285.331	815.978	(718.768)
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.588.743	2.108.600	948.870	336.440	(120.375)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.176.334	5.825.567	2.621.506	1.534.889	(1.827.044)
Ágio	99.039	102.017	45.909	-	(1.340)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	6.653.027	4.607.131	1.318.642	1.563.448	(468.785)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	7.241.758	1.417.322	674.042	2.961.655	(186.664)
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	375.614	1.533.694	690.161	1.250.819	(1.771.955)
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.338.724	1.205.283	527.911	827.274	(769.772)
Outras Provisões Temporárias (3)	7.364.551	6.394.122	2.781.130	3.927.923	(3.502.438)
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	95.596.745	81.925.363	36.037.403	22.645.816	(16.179.443)
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	11.610.060	11.710.701	5.227.235	47.387	(59.085)
Contribuição Social - MP 2.158/2001	-	40.766	7.338	-	(7.338)
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	107.206.805	93.676.830	41.271.976	22.693.203	(16.245.866)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Origens					Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2024
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	67.263.300	61.738.325	27.512.454	10.771.953	(8.275.574)	30.008.833
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.294.283	3.079.651	1.374.298	884.284	(787.628)	1.470.954
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.735.951	2.233.681	997.129	360.770	(136.006)	1.221.893
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.501.563	6.170.589	2.746.669	1.579.443	(1.880.475)	2.445.637
Ágio	99.039	102.017	45.908	-	(1.340)	44.568
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	6.859.618	7.868.678	2.516.879	6.683.583	(6.706.763)	2.493.699
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	8.234.971	2.045.533	947.929	3.222.682	(298.845)	3.871.766
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	391.247	1.543.768	693.587	1.258.408	(1.775.208)	176.787
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.867.783	1.621.269	671.892	1.020.202	(920.155)	771.939
Outras Provisões Temporárias (3)	8.048.842	7.313.367	3.119.676	4.321.823	(3.779.566)	3.661.933
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	104.296.597	93.716.878	40.626.421	30.103.148	(24.561.560)	46.168.009
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	12.569.047	12.897.821	5.562.744	81.919	(158.314)	5.486.349
Contribuição Social - MP 2.158/2001	-	40.766	7.338	-	(7.338)	-
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	116.865.644	106.655.465	46.196.503	30.185.067	(24.727.212)	51.654.358

(1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.

(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

Em 31 de dezembro de 2024, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$ 55.757 (31/12/2023 – R\$108.198) no Consolidado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao exercício previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15/2020.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

					Banco 31/12/2024
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total Registrados
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS		
2025	4.200.242	3.404.277	129.221	450.044	8.183.784
2026	4.135.425	3.338.813	129.221	-	7.603.459
2027	3.091.290	2.498.002	129.221	308.824	6.027.337
2028	2.788.600	2.230.869	129.222	784.211	5.932.902
2029	2.767.781	2.214.214	129.222	1.122.831	6.234.048
2030 a 2034	6.215.641	4.972.513	-	2.549.629	13.737.783
Após 2035	-	-	-	-	-
Total	23.198.979	18.658.688	646.107	5.215.539	47.719.313

					Consolidado 31/12/2024
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total Registrados
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS		
2025	4.553.392	3.617.885	137.729	601.222	8.910.228
2026	4.603.573	3.615.692	137.728	30.649	8.387.642
2027	3.476.893	2.712.615	137.727	331.136	6.658.371
2028	3.044.510	2.391.950	137.727	791.529	6.365.716
2029	3.033.445	2.382.593	137.727	1.129.474	6.683.239
2030 a 2034	6.746.164	5.300.659	-	2.578.465	14.625.288
Após 2035	-	-	-	23.874	23.874
Total	25.457.977	20.021.394	688.638	5.486.349	51.654.358

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

A expectativa de realização dos Ativos Fiscais Diferidos considera os impactos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 (ver nota 2, item b.3).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$ 36.304.193 (31/12/2023 - R\$ 33.321.684) no Banco e R\$ 38.971.505 (31/12/2023 - R\$ 37.477.915) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivos Fiscais Diferidos	5.207.386	2.727.574	7.808.718	4.850.820
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	411.820	7.099	1.191.031	1.752.117
Impostos e Contribuições a Pagar (1)	1.054.218	1.200.564	4.314.064	4.434.042
Total	6.673.424	3.935.237	13.313.813	11.036.979
Circulante	722.547	1.207.663	2.106.213	6.186.158
Não Circulante	5.950.877	2.727.574	11.207.600	4.850.821

(1) Inclui a parcela equivalente a R\$ 2.911.580 no Banco e coligadas, correspondente às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98, registrada em virtude da decisão do STF sobre o Tema 372. (Vide notas 18.e e 25)

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens			Banco	
	31/12/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	6.265.350	3.596.609	1.705.979	17.048.176	(15.724.991)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	3.184.748	1.871.948	893.115	1.096.165	(470.195)
Superveniência de Arrendamento Mercantil	21.158	21.254	5.314	-	(24)
Outros (2)	1.453.407	274.113	123.166	530.681	-
Total	10.924.663	5.763.924	2.727.574	18.675.022	(16.195.210)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Origens		Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023				Saldo em 31/12/2024
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	9.294.554	7.776.143	3.254.614	21.409.740	(20.389.443)	4.274.911
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	3.499.975	1.966.265	935.587	1.250.696	(510.820)	1.675.462
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.806.597	1.877.592	469.398	2.791	(20.540)	451.649
Outros (2)	3.576.928	592.670	191.221	1.248.099	(32.625)	1.406.696
Total	18.178.054	12.212.670	4.850.820	23.911.326	(20.953.428)	7.808.718

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
(2) Inclui a atualização da provisão entre Banco Santander e Esfera e o reconhecimento de passivo fiscal diferido oriundo da Pluxee.

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Banco
				31/12/2024
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Total Registrados
2025	481.396	375.764	87.886	945.046
2026	481.396	375.764	87.886	945.046
2027	481.396	375.764	87.886	945.046
2028	479.632	375.764	87.886	943.282
2029	479.632	375.764	87.886	943.282
2030 a 2034	93.476	74.688	-	168.164
Após 2035	176.400	141.120	-	317.520
Total	2.673.328	2.094.628	439.430	5.207.386

Ano	Diferenças Temporárias			Consolidado
				31/12/2024
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Total Registrados
2025	1.020.907	548.347	132.421	1.701.675
2026	960.745	510.283	124.264	1.595.292
2027	726.648	499.334	121.595	1.347.577
2028	715.437	493.343	121.279	1.330.059
2029	715.437	493.343	121.279	1.330.059

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2030 a 2034	108.774	77.762	-	186.536
Após 2035	176.400	141.120	-	317.520
Total	4.424.348	2.763.532	620.838	7.808.718

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2024	Banco 01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	Consolidado 01/01 a 31/12/2023
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	13.662.515	4.128.868	19.111.436	9.866.735
Participações no Lucro (1)	(1.843.316)	(1.507.458)	(2.623.232)	(2.098.640)
Resultado não Realizado	-	-	(176)	(176)
Resultado antes dos Impostos	11.819.199	2.621.410	16.488.028	7.767.919
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (3)	(5.318.640)	(1.179.635)	(7.419.612)	(3.495.564)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	3.494.331	3.740.805	97.874	77.853
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.160.552	932.836	1.348.158	1.022.142
Juros sobre o Capital Próprio	2.166.757	2.619.000	2.628.593	2.660.040
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	30.057	107.773	(224.038)	121.726
Efeito da Diferença da Alíquota de CSLL (3)	-	-	1.441.329	874.860
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(316.804)	22.041	(692.907)	87.999
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.216.253	6.242.820	(2.820.603)	1.349.056
Impostos Correntes	(179.848)	(195.291)	(3.534.051)	(4.195.566)
Imposto de renda e contribuição social do período	(179.848)	(195.291)	(3.534.051)	(4.195.566)
Impostos Diferidos	1.413.638	6.498.898	745.118	5.591.989
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	1.413.638	6.498.898	745.118	5.591.989
Movimentação do Período:	(59.084)	(60.787)	(73.216)	(49.045)
Base Negativa de Contribuição Social	(38.428)	(56.140)	(44.775)	(59.890)
Prejuízo Fiscal	(20.656)	(4.647)	(28.441)	10.845
Constituição no período sobre:	41.547	-	41.546	1.678
Base Negativa de Contribuição Social	18.300	-	18.300	1.678
Prejuízo Fiscal	23.247	-	23.246	-
Total dos impostos diferidos	1.396.101	6.438.111	713.448	5.544.622
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.216.253	6.242.820	(2.820.603)	1.349.056

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito da diferença da alíquota para as empresas que estão sujeitas à alíquota de contribuição social de 9% e 15%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

e) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2024	Banco 01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	Consolidado 01/01 a 31/12/2023
Despesa com Cofins	1.691.869	2.012.512	3.081.685	3.290.018
Despesa com ISS	716.523	648.497	1.008.545	891.115
Despesa com PIS	274.929	327.033	563.864	589.265
Outras	253.692	293.405	279.919	324.423
Total	2.937.013	3.281.447	4.934.013	5.094.821

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

11. Outros Ativos

	31/12/2024	Banco 31/12/2023	31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Títulos e Créditos a Receber (Nota 7.a)				
Cartões de Crédito	50.960.565	43.318.428	51.029.771	43.318.428
Direitos Creditórios (1)	24.916.863	32.272.330	31.223.209	35.741.687
Prêmio ou Desconto em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	466.309	214.077	466.309	214.077
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.876.095	5.656.205	7.809.260	7.503.965
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.722.363	1.735.205	1.816.514	1.834.873
Outros - Cíveis	757.299	787.047	952.218	987.175
Garantias Contratuais de Ex-Controladores	496	496	496	496
Pagamentos a Ressarcir	116.022	93.865	117.017	97.478
Adiantamentos Salariais	102.350	129.513	396.447	542.314
Adiantamentos de Contratos de Energia	-	-	4.690.938	2.750.937
Plano de Benefícios a Funcionários	275.714	272.437	341.013	338.820
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 7.a)	349.010	399.190	490.961	551.727
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (2)	15.032.082	44.824	125.415	236.869
Rendas a Receber	4.027.534	3.399.401	3.371.246	3.156.621
Outros Valores e Bens	1.099.669	1.036.387	1.112.444	979.728
Outros (3)	20.822.069	13.845.180	12.258.459	8.669.768
Total	126.524.440	103.204.585	116.201.717	106.924.963
Circulante	100.062.353	91.933.523	86.144.772	92.881.898
Não Circulante	26.462.087	11.271.062	30.056.946	14.043.065

- (1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perdas esperadas associadas ao risco de crédito por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.
- (2) Montante a receber de R\$ 15,0 bilhões, pela redução do capital social da sociedade Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
- (3) O saldo é composto majoritariamente por despesas antecipadas e recursos a liquidar provenientes de operações estruturadas.

12. Informações das Dependências no Exterior

O Banco Santander possui autorização para operar agências em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman, e em Luxemburgo. As agências estão devidamente autorizadas a executar negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. As agências também recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

O resultado líquido do período das dependências no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras sem eliminação das transações com ligadas é:

	Agência Grand Cayman (1)			Agência de Luxemburgo(1)		
	01/07 a	01/01 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do Período	841.672	1.813.663	1.560.297	1.043.429	2.189.671	1.727.546

	Agência Grand Cayman (1)		Agência de Luxemburgo (1)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	177.044.610	154.465.424	157.174.133	119.862.991
Ativo Permanente	35	28	-	-
Total do Ativo	177.044.645	154.465.452	157.174.133	119.862.991
Passivo				
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	133.250.444	121.105.599	131.056.252	100.565.467
Patrimônio Líquido	43.794.201	33.359.853	26.117.881	19.297.524
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	177.044.645	154.465.452	157.174.133	119.862.991

(1) A moeda funcional é o Real.

13. Participações de Controladas e Coligadas

a) Perímetro de Consolidação

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		Participação Direta	31/12/2024
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		Participação Consolidada
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	50.159	-	100,00 %	100,00 %
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89 %	39,89 %
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00 %	100,00 %
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (Nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.)	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	-	100,00 %	100,00 %
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00 %	100,00 %
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	95,00 %	95,00 %
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00 %	100,00 %
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	23.538.159	-	100,00 %	100,00 %
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	872.186	-	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	14.067.640	14.067.640	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Corretora	7.184	-	100,00 %	100,00 %
Santander Holding Imobiliária S.A.	Outras	558.601	-	100,00 %	100,00 %
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	164	-	100,00 %	100,00 %
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00 %	100,00 %
SX Negócios Ltda.	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00 %	100,00 %
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Serviços	192.000	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.					
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	Tecnologia	500.411	-	100,00 %	100,00 %
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	50,00 %	50,00 %
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00 %	100,00 %
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	100,00 %	100,00 %
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	100,00 %	100,00 %
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	100,00 %	100,00 %
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.559	-	59,64 %	59,64 %
Toro Investimentos S.A. (1)	Investimentos	44.101	-	13,23 %	13,23 %
Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	289.362	-	86,77 %	86,77 %
Controlada em Conjunto da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	50,00 %	50,00 %
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Toro Asset Management S.A.	Investimentos	918.264	-	100,00 %	100,00 %

(1) A Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A é controlador da Toro Investimento S.A. indiretamente.

31/12/2024					
	Ramo de Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidada
Investimentos					
Influência Significativa do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A.	Outras	5.076	1.736	11,11 %	11,11 %
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56 %	15,56 %
Influência Significativa pelo Banco Santander					
Núclea S.A.	Outras	9.248	-	17,53 %	17,53 %
Pluxee Benefícios Brasil S.A	Benefícios	191.342	-	20,00 %	20,00 %
Controladas da Santander Corretora de Seguros					
América Gestão Serviços em Energia S.A.	Energia	653	-	70,00 %	70,00 %
Fit Economia de Energia S.A.	Outras	10.400	-	65,00 %	65,00 %
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Seguros	1.000	-	50,00 %	50,00 %
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros					
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	20,00 %	20,00 %
Tecnologia Bancária S.A.	Outras	743.944	68.771	18,98 %	18,98 %
Biomass – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras	20.000	-	16,66 %	16,66 %
Webmotors S.A.	Tecnologia	182.197.214	-	30,00 %	30,00 %
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A.	Prestação de Serviços	23.243	-	51,00 %	15,30 %
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	Tecnologia	6.591	-	66,67 %	20,00 %
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.					
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	100	-	100,00 %	20,00 %
Controlada da Tecnologia Bancária S.A.					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.	Outras	552.004	-	100,00 %	18,98 %
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	10.800	-	100,00 %	18,98 %
Controlada da Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda.	Outras	517.505	-	100,00 %	18,98 %

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (3);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (4);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet;
- Agro Flex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (4);
- San Créditos Estruturados – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (4);
- D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (4);
- Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada;
- Ararinha Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo; e
- Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (2) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam imóveis como garantia. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (3) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e de seu fundo exclusivo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (4) Fundo controlado pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.

b) Composição dos Investimentos

	Banco					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
		01/01 a			01/01 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Controladas pelo Banco Santander						
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	9.300.737	2.412.968	9.300.737	22.838.738	2.412.968	2.381.501
Banco RCI Brasil S.A.	1.525.066	239.840	608.363	508.035	95.674	66.230
Núcleo S.A.	-	-	-	503.922		109.223
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	214.732	516	214.732	214.216	516	(49.924)
Esfera Fidelidade S.A.	770.085	862.042	770.085	908.089	861.996	775.650
Return Capital S.A.	-	-	-	7.482.700	497.095	808.568
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (Nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.)	9.584.599	110.481	9.609.428	-	122.269	(27.097)
Sancap Investimentos e Participações S.A.	1.168.537	624.794	1.168.537	1.223.774	624.794	662.702
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	1.015.589	543.495	1.015.589	1.027.901	543.495	578.175
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.008.497	38.937	1.008.497	975.593	38.937	50.516
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	8.016.159	1.568.399	8.016.159	6.462.279	1.568.399	2.073.046
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	10.065.689	731.267	10.065.689	11.445.416	731.267	728.033
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	258.812	27.672	258.812	230.246	27.672	31.793
Toro Participacoes S.A.	-	-	-	-	1.863	-
Influência Significativa pelo Banco Santander						
Núcleo S.A.	1.748.554	605.590	306.521	-	106.160	-
Pluxee Benefícios Brasil S.A	10.181.020	265.195	2.036.204	-	53.039	-
Outros	1.925.814	(77.698)	1.442.823	1.298.301	79.036	124.484
Total	56.783.890	7.953.498	45.822.176	55.119.210	7.765.180	8.312.900

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	Consolidado
		01/01 a			01/01 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
Biomás – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	17.538	(33.978)	2.923	3.585	(5.663)	(1.415)
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	361.385	(7.690)	72.276	42.565	(1.538)	2
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A.	3.483	1.611	387	208	179	18
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	334.971	(28.418)	52.088	56.507	(4.419)	(5.436)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	4.614	1.400	2.307	1.607	700	353
PSA Corretora	-	-	-	-	-	1.925
Santander Auto S.A.	112.814	51.576	56.407	36.762	25.788	19.191
Tecnologia Bancária S.A.	982.708	15.111	186.518	183.650	2.868	2.435
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros						
Webmotors S.A.	526.697	134.617	158.009	106.956	40.385	46.711
Influência Significativa pelo Banco Santander						
Núcleo S.A.	1.748.554	605.590	306.521	503.922	106.160	109.223
Pluxee Benefícios Brasil S.A. (1)	10.181.020	265.195	2.036.204	-	53.039	-
Total	14.273.784	1.005.014	2.873.640	935.762	217.499	173.007

(1) O saldo da operação de aquisição de participação na Pluxee inclui o seu investimento em sua controlada de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento S.A. (Atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.") e ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura, conforme termos descritos na Nota 29.d.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Imobilizado de Uso

	31/12/2024			Banco 31/12/2023		
	Custo	Depreciação Acumulada	Residual	Custo	Depreciação Acumulada	Residual
Imóveis de Uso	2.354.268	(1.030.513)	1.323.755	2.385.144	(991.889)	1.393.255
Terrenos	605.122	-	605.122	613.619	-	613.619
Edificações	1.749.146	(1.030.513)	718.633	1.771.525	(991.889)	779.636
Outras Imobilizações de Uso	12.924.670	(9.707.500)	3.217.170	13.559.747	(9.701.225)	3.858.522
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.505.038	(4.264.146)	1.240.892	5.641.818	(4.080.962)	1.560.856
Equipamentos de Processamento de Dados	2.936.331	(2.079.165)	857.166	2.958.597	(1.960.612)	997.985
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.475.404	(2.636.282)	839.122	3.946.673	(2.964.733)	981.940
Sistemas de Segurança e Comunicações	942.673	(691.803)	250.870	945.019	(664.032)	280.987
Outras	65.224	(36.104)	29.120	67.640	(30.886)	36.754
Total	15.278.938	(10.738.013)	4.540.925	15.944.891	(10.693.114)	5.251.777

	31/12/2024			Consolidado 31/12/2023		
	Custo	Depreciação Acumulada	Residual	Custo	Depreciação Acumulada	Residual
Imóveis de Uso	2.603.334	(1.097.961)	1.505.373	2.617.403	(1.049.217)	1.568.186
Terrenos	649.690	-	649.690	658.187	-	658.187
Edificações	1.953.644	(1.097.961)	855.683	1.959.216	(1.049.217)	909.999
Outras Imobilizações de Uso	13.367.852	(9.930.668)	3.437.184	13.956.282	(9.869.620)	4.086.662
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.625.827	(4.357.678)	1.268.149	5.693.158	(4.137.663)	1.555.495
Equipamentos de Processamento de Dados	3.086.053	(2.099.820)	986.233	3.117.011	(1.977.807)	1.139.204
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.643.052	(2.741.343)	901.709	4.110.261	(3.055.802)	1.054.459
Sistemas de Segurança e Comunicações	947.669	(695.696)	251.973	949.249	(667.430)	281.819
Outras	65.251	(36.131)	29.120	86.603	(30.918)	55.685
Total	15.971.186	(11.028.629)	4.942.557	16.573.685	(10.918.837)	5.654.848

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

15. Intangível

			31/12/2024	Banco 31/12/2023
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	(27.117.154)	103.361	303.073
Outros Ativos Intangíveis	15.710.323	(8.493.707)	7.216.616	6.779.882
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	10.762.538	(6.217.694)	4.544.844	4.104.278
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.774.406	(2.104.285)	2.670.121	2.654.124
Outros	173.379	(171.728)	1.651	21.480
Total	42.930.838	(35.610.861)	7.319.977	7.082.955

			31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	28.274.123	(27.672.403)	601.720	887.252
Outros Ativos Intangíveis	16.371.895	(8.852.009)	7.519.886	7.074.300
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	11.423.730	(6.575.994)	4.847.736	4.398.186
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.774.406	(2.104.285)	2.670.121	2.654.124
Outros	173.759	(171.730)	2.029	21.990
Total	44.646.018	(36.524.412)	8.121.606	7.961.552

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve impairment de Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento e Desenvolvimento de Logiciais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

16. Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

					31/12/2024	Banco 31/12/2023
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	99.711.716	120.980.459	124.150.675	150.465.502	495.308.353	475.535.132
Depósitos à Vista	42.113.904	-	-	-	42.113.904	41.280.250
Depósitos de Poupança	57.452.664	-	-	-	57.452.664	58.111.966
Depósitos Interfinanceiros	-	365.876	-	5.146.147	5.512.023	4.111.360
Depósitos a Prazo (1)	145.149	120.614.583	124.150.675	145.319.356	390.229.762	372.031.556
Captações no Mercado Aberto	-	124.632.374	12.091.543	26.181.317	162.905.234	141.939.228
Carteira Própria	-	84.087.309	28.202	421	84.115.932	61.343.482
Títulos Públicos	-	70.427.419	-	-	70.427.419	39.730.093
Outros	-	13.659.890	28.202	421	13.688.513	21.613.389
Carteira de Terceiros	-	40.545.065	-	-	40.545.065	62.025.098
Carteira de Livre Movimentação	-	-	12.063.341	26.180.896	38.244.237	18.570.648
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	28.376.720	56.937.444	94.265.640	179.579.804	167.198.665
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	13.474.034	47.641.388	58.711.380	119.826.802	116.770.927
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	3.648.695	15.252.317	22.263.991	41.165.003	41.677.823
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	4.220.536	15.268.170	17.591.988	37.080.694	36.422.804
Letras Financeiras - LF (3)	-	2.888.398	12.770.271	8.857.135	24.515.804	22.729.058
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	2.716.405	4.350.630	9.998.266	17.065.301	15.941.242
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	14.169.249	5.044.416	23.639.285	42.852.950	38.257.726
Certificados de Operações Estruturadas	-	733.437	4.251.640	11.914.975	16.900.052	12.170.012
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	51.113.487	55.137.327	12.470.988	118.721.802	89.571.840
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	50.263.859	52.807.692	6.714.514	109.786.065	77.239.162
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	29.277.886	41.882.187	-	71.160.073	50.490.555
Outras Linhas de Crédito	-	20.985.973	10.925.505	6.714.514	38.625.992	26.748.607
Obrigações por Repasses do País	-	849.628	2.329.635	5.756.474	8.935.737	12.332.678
Total	99.711.716	325.103.040	248.316.989	283.383.448	956.515.193	874.244.865
Circulante	99.711.716	325.103.040	248.316.989	-	673.131.746	599.568.298
Não Circulante	-	-	-	283.383.448	283.383.448	274.676.567

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/12/2024				Consolidado 31/12/2023
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos	99.168.569	109.447.333	100.881.499	185.830.814	495.328.215
Depósitos à Vista	41.354.662	-	-	-	41.354.662
Depósitos de Poupança	57.452.664	-	-	-	57.452.664
Depósitos Interfinanceiros	-	(11.263.486)	(23.240.131)	40.578.413	6.074.796
Depósitos a Prazo (1)	145.149	120.710.819	124.121.630	145.252.401	390.229.999
Outros Depósitos	216.094	-	-	-	216.094
Captações no Mercado Aberto	-	112.205.119	12.091.543	26.181.317	150.477.979
Carteira Própria	-	78.518.983	28.202	421	78.547.606
Títulos Públicos	-	64.862.951	-	-	64.862.951
Outros	-	13.656.032	28.202	421	13.684.655
Carteira de Terceiros	-	33.686.136	-	-	33.686.136
Carteira de Livre Movimentação	-	-	12.063.341	26.180.896	38.244.237
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	20.026.206	57.540.188	86.697.568	164.263.962
Recursos de Aceites Cambiais	-	124.082	395.257	1.092.961	1.612.300
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	14.264.132	48.912.571	62.723.584	125.900.287
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	3.648.695	15.252.317	22.263.992	41.165.004
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	4.220.536	15.268.170	17.591.988	37.080.694
Letras Financeiras - LF (3)	-	3.678.495	14.041.454	12.869.338	30.589.287
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	2.716.406	4.350.630	9.998.266	17.065.302
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	4.904.555	3.980.720	10.966.051	19.851.326
Certificados de Operações Estruturadas	-	733.437	4.251.640	11.914.972	16.900.049
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	51.118.867	55.137.327	12.470.988	118.727.182
Obrigações por Empréstimos no País	-	5.380	-	-	5.380
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	50.263.859	52.807.692	6.714.514	109.786.065
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	29.277.886	41.882.187	-	71.160.073
Outras Linhas de Crédito	-	20.985.973	10.925.505	6.714.514	38.625.992
Obrigações por Repasses do País	-	849.628	2.329.635	5.756.474	8.935.737
Total	99.168.569	292.797.525	225.650.557	311.180.687	928.797.338
Circulante	99.168.569	292.797.525	225.650.557	-	617.616.651
Não Circulante	-	-	-	311.180.687	311.180.687

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

(2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2024 possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2034.

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2024 possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2034.

(4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2024, possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2035 (31/12/2023 - com prazo de vencimento entre 2024 e 2035).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2026 (31/12/2023 - até o ano de 2030) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,09% a 0,91% a.a. (31/12/2023 - de 0,04% a.a. a 3,02% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

b) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2024	Banco	31/12/2024	Consolidado
			Total	31/12/2023	Total	31/12/2023
2018	2025	Até 6,4% + CDI	-	207.098	-	-
2019	2027	Até 9% + CDI	660.286	1.115.221	-	-
2020	2027	Até 9% + CDI	76.703	464.379	-	-
2021	2031	Até 9% + CDI	5.141.417	7.584.269	4.195.534	3.337.315
2022	2035	Até 9% + CDI	1.941.482	4.950.983	1.459.607	1.918.929
2023	2033	Até 9% + CDI	9.464.352	23.935.776	3.102.939	8.355.844
2024	2035	Até 9% + CDI	25.568.710	-	11.093.246	-
Total			42.852.950	38.257.726	19.851.326	13.612.088

c) Abertura de contas de resultado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Depósitos a Prazo (1) (2)	41.511.815	31.989.743	36.290.976	27.331.083
Depósitos de Poupança	3.735.413	4.295.177	3.735.413	4.295.178
Depósitos Interfinanceiros	496.986	670.027	479.718	544.764
Captação no Mercado Aberto (2)	24.603.606	15.277.516	23.592.702	14.283.764
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	273.241	314.936
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	45.880.407	19.254.941	46.681.789	20.034.911
Outras (3)	5.188.270	(1.615.769)	5.221.381	(1.740.691)
Total	121.416.497	69.871.635	116.275.220	65.063.945

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$ 2.523.206 (2023 - R\$ 713.975), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 17.b).

(2) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$ 42.216.182 no Banco e no Consolidado e efeitos contrários em variação cambial com TVM nota 6.a.V (2023 - R\$ 6.460.243).

(3) Em 31 de dezembro de 2024 refere-se principalmente a despesa de variação cambial no Banco e no Consolidado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

17. Outros Passivos Financeiros

a. Composição

	31/12/2024	Banco 31/12/2023
Carteira de Câmbio	131.126.583	63.753.620
Negociação e Intermediação de Valores	1.424.131	313.080
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	23.137.784	19.626.967
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	130.889	146.792
Relações Interdependências e Interfinanceiras	4.621.805	6.438.024
Total	160.441.192	90.278.483
Circulante	151.885.172	78.170.338
Não Circulante	8.556.020	12.108.145

	31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Carteira de Câmbio	131.126.583	63.753.620
Negociação e Intermediação de Valores	5.508.963	2.785.941
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	23.341.534	19.626.967
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	162.045	178.846
Relações Interdependências e Interfinanceiras	4.621.805	6.438.025
Total	164.760.930	92.783.399
Circulante	143.258.163	78.162.872
Não Circulante	21.502.767	14.620.527

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em milhões)	Taxa de juros (a.a.)	Total	Total
Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7,250 %	—	6.116.218
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	7.995.673	7.072.124
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	301.468	266.647
Letras Financeiras - Nível II (2)	out-23	out-33	R\$6.000	CDI+1,6%	6.949.991	6.171.978
Letras Financeiras - Nível II (2) (4)	nov-24	nov-34	R\$200	CDI+1,15%	203.750	—
Letras Financeiras - Nível I (3)	set-24	sem prazo (perpétuo)	R\$7.000	CDI+1,4%	7.890.652	—
Total					23.341.534	19.626.967

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 a novembro 2024 possuem opção de resgate e recompra.

(3) Letras Financeiras emitidas em setembro 2024 possuem opção de resgate e recompra, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 05 de março de 2025.

(4) Letras Financeiras emitidas através do Banco RCI. No Banco Santander, desse modo, o total de instrumentos de dívidas elegíveis a capital é de R\$ 23.137.784

As Notes possuem as seguintes características comuns:

- (a) Valor unitário de, no mínimo, US\$ 150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;
- (b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

18. Outros Passivos

	31/12/2024	Banco 31/12/2023	31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	4.361.282	4.382.123
Obrigações com Cartões de Crédito	52.172.654	44.790.626	52.172.676	45.143.460
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 19.b)	2.824.081	2.326.237	3.032.613	2.521.560
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 19.b)	5.623.701	5.734.590	6.309.615	6.188.861
Ações Trabalhistas	2.609.381	3.051.424	2.968.667	3.291.702
Ações Cíveis	3.014.320	2.683.166	3.340.948	2.897.159
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	605.207	550.374	605.207	550.374
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 27) (1)	1.347.111	2.508.983	1.364.437	2.543.504
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.223	5.376	4.223	5.376
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.977.507	1.807.154	2.611.016	2.338.857
Despesas Administrativas	267.205	260.989	716.105	623.225
Outros Pagamentos	51.019	48.466	147.862	159.725
Credores por Recursos a Liberar	1.252.660	1.053.873	1.252.660	1.053.873
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	548.677	591.592	548.677	591.592
Fornecedores	902.658	802.212	886.377	1.304.360
Sociais e Estatutárias	515.056	523.514	575.628	585.339
Obrigações com Operações TVM Exterior	4.489.514	3.510.605	4.489.514	3.510.605
Débitos com Operações de Seguros	-	-	1.605.532	1.696.572
Outras (2)	17.121.739	10.137.747	20.740.116	13.989.982
Total	89.703.012	74.652.338	101.423.540	87.189.388

Circulante	16.821.944	12.525.591	27.368.487	23.902.138
Não Circulante	72.881.068	62.126.747	74.055.053	63.287.250

(1) O montante inclui os efeitos da obrigação constituída em função da transação firmada entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos em 27 de junho de 2024. Vide detalhes na nota 27, item a.

(2) Composto majoritariamente por variações cambiais referentes a Notes, saldos oriundos de programa de recompensa e outros compromissos por recursos a serem liquidados.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

	31/12/2024		Banco/Consolidado 31/12/2023	
Tipo de Garantia Financeira	Saldo Garantias Prestadas	Provisão	Saldo Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	3.995.743	119.000	5.094.679	100.147
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	17.137.870	14.374	7.020.490	8.909
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	2.373.486	1.660	2.768.318	1.985
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	380.000	-	-	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	12.362.581	350.925	13.688.909	327.298
Outros Avais	61.923	1.858	90.386	1.840
Outras Fianças Bancárias	20.172.826	102.907	31.184.916	60.216
Outras Garantias Financeiras Prestadas	6.260.832	14.483	2.062.860	49.979
Total	62.745.261	605.207	61.910.558	550.374

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	01/01 a 31/12/2024	Banco/Consolidado 01/01 a 31/12/2023
Saldo Inicial	550.374	413.437
Constituição	118.513	215.953
Reversão (1)	(63.680)	(79.016)
Saldo Final	605.207	550.374

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.

19. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2024	Banco 31/12/2023	31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	2.824.081	2.326.237	3.032.613	2.521.560
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18)	5.623.701	5.734.590	6.309.615	6.188.861
Ações Trabalhistas	2.609.381	3.051.424	2.968.667	3.291.702
Ações Cíveis	3.014.320	2.683.166	3.340.948	2.897.159
Total	8.447.782	8.060.827	9.342.228	8.710.421

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2024			Banco 01/01 a 31/12/2023		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	2.326.237	3.051.424	2.683.166	4.141.393	1.532.949	2.724.425
Constituição Líquida de Reversão (2)	524.166	2.251.457	1.051.254	(1.839.160)	2.767.138	622.454
Atualização Monetária	138.323	108.733	227.380	146.335	55.322	232.733
Baixas por Pagamento	(164.645)	(2.802.233)	(947.480)	(122.331)	(1.303.985)	(896.446)
Saldo Final	2.824.081	2.609.381	3.014.320	2.326.237	3.051.424	2.683.166
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.916.446	521.162	263.533	1.813.686	666.387	305.127
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	3.589	820	727	2.898	58.462	8
Total dos Depósitos em Garantia (3)	1.920.035	521.982	264.260	1.816.584	724.849	305.135

	01/01 a 31/12/2024			Consolidado 01/01 a 31/12/2023		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	2.521.560	3.291.702	2.897.159	6.722.249	1.711.146	2.883.056
Constituição Líquida de Reversão (2)	545.642	2.503.441	1.348.231	(4.054.636)	2.908.910	870.947
Atualização Monetária	145.688	114.600	232.508	161.312	60.970	237.399
Baixas por Pagamento	(180.277)	(2.941.076)	(1.136.950)	(307.365)	(1.389.324)	(1.094.243)
Saldo Final	3.032.613	2.968.667	3.340.948	2.521.560	3.291.702	2.897.159
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	3.282.428	543.570	271.002	3.111.132	700.987	320.687
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	4.869	820	727	4.079	58.462	8
Total dos Depósitos em Garantia (3)	3.287.297	544.390	271.729	3.115.211	759.449	320.695

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias.

(2) Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 (Vide Nota 25).

(3) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão das contingências classificadas como prováveis. O valor dos depósitos das demais contingências classificadas como possíveis ou remotas, no Banco é R\$ 5.648 milhões e no Consolidado é R\$ 6.737 milhões.

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$ 1.167 milhões (31/12/2023 - R\$ 1.099 milhões) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$ 140 milhões no Banco e R\$ 142 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R\$ 137 milhões no Banco e R\$ 138 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras – R\$ 350 milhões no Banco e R\$ 366 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R\$ 365 milhões no Banco e R\$ 379 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na **Nota 19.e**.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 36.111 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R\$ 34.829 milhões), sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 31 de dezembro de 2024, o valor envolvido é de R\$ 2.258 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 9.804 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 3.635 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2024 o valor era de aproximadamente R\$ 6.527 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 1.091 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 2.522 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas. O primeiro período autuado, aguarda análise de recurso no CARF. Com relação ao período de 2009 a 2012, houve ajuizamento de ação para discussão da parcela de IRPJ, em razão do encerramento desfavorável no administrativo. Para a parcela de CSLL deste mesmo período, requeremos a desistência do Recurso Especial apresentado, visando o aproveitamento dos benefícios instituídos pela Lei nº14.689/2023 (voto de qualidade). Será movida ação judicial para a parcela remanescente. Em 31 de dezembro de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 837 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 573 milhões.

IRRF - Remessa Exterior - A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 1.109 milhões.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$ 459 milhões no Consolidado, incluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI – Ação coletiva ajuizada pela AFABESP pleiteando a alteração do índice de reajuste do benefício previdenciário aos aposentados e ex-funcionários do Banespa, contratados antes de 1975. Inicialmente a ação foi julgada desfavoravelmente ao Banco Santander que recorreu desta decisão inicial e em 23 de agosto de 2024, foi julgado favorável ao Banco Santander. Desta nova decisão, em 30 de agosto de 2024, a AFABESP opôs Embargos de Declaração que estão pendentes de julgamento.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$ 3.249 milhões no Consolidado, tendo como principal processo:

Ação Indenizatória Referente à Serviços de Custódia prestadas pelo Banco Santander. O processo está em fase pericial e ainda sem sentença proferida.

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 26 de abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros estatutária.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31/12/2024			Em Milhares de Ações 31/12/2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	138.618	164.502	303.120	124.804	150.621	275.425
De Domiciliados no Exterior	3.680.077	3.515.334	7.195.411	3.693.891	3.529.215	7.223.106
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(19.452)	(19.452)	(38.903)	(27.193)	(27.193)	(54.386)
Total em Circulação	3.799.243	3.660.384	7.459.628	3.791.502	3.652.643	7.444.145

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

31/12/2024

	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	1.500.000	191,84	221,02	412,86	163,06	179,37	342,43
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	1.500.000	191,62	210,78	402,40	162,88	179,16	342,04
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.500.000	191,67	210,83	402,50	162,92	179,21	342,13
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	1.300.000	166,10	182,71	348,81	141,18	155,30	296,48
Dividendos Intercalares (4)(5)	200.000	25,55	28,11	53,66	25,55	28,11	53,66
Total	6.000.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2024, pagos no dia 08 de fevereiro de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2024, pagos no dia 15 de maio de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2024, pagos no dia 09 de agosto de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2024, pagos no dia 08 de novembro de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2024.

31/12/2023

	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	1.700.000	217,92	239,71	457,63	185,23	203,75	388,98
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	1.500.000	192,03	211,23	403,26	163,22	179,55	342,77
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.500.000	192,07	211,28	403,35	163,26	179,58	342,84
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	1.120.000	143,42	157,76	301,18	121,91	134,10	256,00
Dividendos (4)(5)	380.000	48,66	53,53	102,19	48,66	53,53	102,19
Total	6.200.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2023, pagos no dia 06 de março de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de abril de 2023, pagos no dia 15 de maio de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de julho de 2023, pagos no dia 16 de agosto de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2023, pagos no dia 10 de novembro de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2023.

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 24 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao Programa de Recompra que expirou na mesma data, novo Programa de Recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.205.005 Units, representativas de 36.205.005 ações ordinárias e 36.205.005 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2023, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2024.

Em circulação, o Banco Santander possuía 356.245.448 ações ordinárias e 384.049.858 ações preferenciais.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 06 de fevereiro de 2024, encerrando-se em 06 de agosto de 2025.

		Banco/ Consolidado	
		Em Milhares de Ações	
		31/12/2024	31/12/2023
		Quantidade	Quantidade
		Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período		27.193	31.161
Aquisições de Ações		2.770	1.272
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		(10.511)	(5.240)
Ações em Tesouraria no Final do Período		19.452	27.193
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	882.936	1.105.012
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$	1.771	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	884.707	1.106.783
Custo/Cotação da Ação		Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$	7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$	27,46	27,62
Custo Máximo (*)	R\$	49,55	49,55
Cotação da Ação	R\$	24,93	31,00

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	01/01 a	01/01 a
			31/12/2024	31/12/2023
Banco RCI Brasil S.A.	916.703	765.526	144.165	99.796
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	322.607	263.562	59.281	45.233
Banco PSA	-	-	-	10.457
Rojo Entretenimento S.A.	11.227	8.165	978	697
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (Nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.)	-	(9.379)	(6.287)	(6.774)
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.	-	112.008	-	(3.212)
Toro Investimentos S.A.	-	18.764	-	360
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A	-	25	416	(1.785)
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	-	2.017	-	(1.278)
Fit Economia de Energia S.A.	(4.382)	-	(7.272)	-
América Gestão Serviços em Energia S.A.	3.784	-	(1.070)	-
Total	1.249.939	1.160.688	190.211	143.494

21. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Para o exercício de janeiro a dezembro de 2024, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$500.000.000 (quinhentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2024.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Remuneração Fixa	129.128	134.433
Remuneração variável - Em espécie	110.481	126.802
Remuneração variável - Em ações	94.787	91.306
Outras	111.000	79.229
Total Benefícios de Curto Prazo	445.396	431.770
Remuneração variável - Em espécie	113.766	99.506
Remuneração variável - Em ações	102.388	96.361
Total Benefícios de Longo Prazo	216.154	195.867
Total	661.550	627.637

Adicionalmente, em 2024 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 43.592 (31/12/2023 - R\$ 41.603).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/2018, o artigo 34 da “Lei das Sociedades Anônimas” e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco Santander, publicada no site de Relações com Investidores, ou seja, efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

						Em Milhares de Ações 31/12/2024
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	0,0 %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	2.828	0,1 %	2.828	0,1 %	5.655	0,1 %
Outros	356.245	9,3 %	384.050	10,4 %	740.295	9,9 %
Total em Circulação	3.799.243	99,5 %	3.660.385	99,5 %	7.459.628	99,5 %
Ações em Tesouraria	19.452	0,5 %	19.452	0,5 %	38.903	0,5 %
Total	3.818.695	100,0 %	3.679.837	100,0 %	7.498.531	100,0 %
"Free Float" (2)	356.245	9,3 %	384.050	10,4 %	740.295	9,9 %

						Em Milhares de Ações 31/12/2023
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.754	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	— %	2.696	— %
Administradores (*)	3.184	0,1 %	3.184	0,1 %	6.368	0,1 %
Outros	348.148	9,1 %	375.952	10,2 %	724.100	9,7 %
Total em Circulação	3.791.502	99,3 %	3.652.643	99,3 %	7.444.145	99,3 %
Ações em Tesouraria	27.193	0,7 %	27.193	0,7 %	54.386	0,7 %
Total	3.818.695	100,0 %	3.679.836	100,0 %	7.498.531	100,0 %
"Free Float" (2)	348.148	9,1 %	375.952	10,2 %	724.100	9,7 %

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Banco Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A Política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	18.181.287	18.882.619	134.647.488	93.043.683	58.443	36.079	152.887.218	111.962.381
Disponibilidades	952.846	1.406.316	385.458	73.688	-	-	1.338.304	1.480.004
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.099.980	12.295.379	69.628.721	57.817.876	-	-	85.728.701	70.113.255
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	7.238.359	1.683.339	-	-	7.238.359	1.683.339
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(334.724)	4.426.944	982.645	(117.246)	-	-	647.921	4.309.698
Relações Interfinanceiras	-	-	25.546.853	22.628.266	-	-	25.546.853	22.628.266
Operações de Crédito (4)	-	-	1.387.754	321.727	35.972	22.729	1.423.726	344.456
Negociação e Intermediação de Valores	1.461.688	391.436	115.444	84.857	-	-	1.577.132	476.293
Rendas a Receber	-	-	1.967.557	1.386.170	-	-	1.967.557	1.386.170
Outros Ativos - Diversos (5)	1.497	362.544	27.394.698	9.165.006	-	-	27.396.195	9.527.550
Garantias e Limites	-	-	-	-	22.471	13.350	22.471	13.350
Passivo	(304.649)	(11.217.321)	(49.469.720)	(41.362.328)	(822.188)	(400.054)	(50.596.558)	(52.979.703)
Depósitos	(11.181)	(5.030.951)	(5.383.544)	(2.241.641)	(28.640)	(26.451)	(5.423.364)	(7.299.043)
Operações Compromissadas	-	-	(12.525.178)	(7.369.449)	-	101	(12.525.178)	(7.369.348)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	(23.520.624)	(24.645.638)	(39.904)	(76.365)	(23.560.528)	(24.722.003)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(596.956)	(227.688)	-	-	(596.956)	(227.688)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(6.116.218)	-	-	-	-	-	(6.116.218)
Outros Passivos - Diversos	(293.469)	(70.152)	(7.443.418)	(6.877.912)	(753.644)	(297.339)	(8.490.531)	(7.245.403)
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Resultado	(2.953.949)	1.588.023	1.379.222	(1.090.694)	(605.756)	(541.710)	(2.180.483)	(44.381)
Resultado da Intermediação Financeira	(2.518.225)	1.869.347	4.391.189	579.060	(3.030)	(960)	1.869.934	2.447.447
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(435.724)	(281.324)	(3.011.966)	(1.669.754)	(602.726)	(540.750)	(4.050.417)	(2.491.828)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Consolidado								
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	18.181.287	18.882.619	28.214.946	24.417.094	58.891	22.729	46.455.123	43.335.792
Disponibilidades	952.846	1.406.316	385.458	73.688	-	-	1.338.304	1.480.004
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.099.980	12.295.379	-	-	-	-	16.099.980	12.295.379
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	67.071	497.304	-	-	67.071	497.304
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(334.724)	4.426.944	-	-	-	-	(334.724)	4.426.944
Relações Interfinanceiras	-	-	25.532.700	22.559.208	-	-	25.532.700	22.559.208
Operações de Crédito (4)	-	-	22.680	45.427	36.420	22.729	59.100	68.156
Negociação e Intermediação de Valores	1.461.688	391.436	115.444	84.857	-	-	1.577.132	476.293
Rendas a Receber	-	-	1.883.917	977.598	-	-	1.883.917	977.598
Outros Ativos - Diversos	1.497	362.544	207.676	179.012	-	-	209.173	541.556
Garantias e Limites	-	-	-	-	22.471	13.350	22.471	13.350
Passivo	(304.649)	(11.217.321)	(11.850.239)	(8.837.305)	(826.988)	(400.054)	(12.981.877)	(20.454.680)
Depósitos	(11.181)	(5.030.951)	(3.167.248)	(1.152.179)	(29.246)	(26.451)	(3.207.675)	(6.209.581)
Operações Compromissadas	-	-	(197.911)	(223.966)	-	101	(197.911)	(223.865)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	(527.550)	-	(39.904)	(76.365)	(567.454)	(76.365)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(596.956)	(227.688)	-	-	(596.956)	(227.688)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(6.116.218)	-	-	-	-	-	(6.116.218)
Outros Passivos - Diversos	(293.469)	(70.152)	(7.360.574)	(7.233.472)	(757.838)	(297.339)	(8.411.881)	(7.600.963)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado	(2.953.949)	1.588.023	2.002.968	1.445.355	(666.702)	(630.918)	(1.617.684)	2.402.460
Resultado da Intermediação Financeira	(2.518.225)	1.869.347	(280.840)	(93.695)	(2.833)	(611)	(2.801.898)	1.775.041
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(435.724)	(281.324)	2.283.807	1.555.773	(663.869)	(630.307)	1.184.214	644.142

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na nota 13.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de Operações de Crédito com Pessoal Chave da Administração.

(4) Adicionalmente ao saldo de operações de crédito demonstrados, o grupo possui R\$ 4.875 de limites concedidos às suas coligadas (R\$ 6.058 em 31/12/2023)

(5) Montante a receber de R\$ 15,0 bilhões, pela redução do capital social da sociedade Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

22. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2024	Banco 01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	Consolidado 01/01 a 31/12/2023
Administração de Recursos	464.973	461.676	1.552.513	1.402.547
Serviços de Conta Corrente	4.249.740	4.042.093	4.250.887	4.057.207
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.459.164	1.281.263	2.467.537	2.042.633
Operações de Crédito	521.389	540.702	1.523.151	1.295.149
Rendas de Garantias Prestadas	937.775	740.561	944.386	747.484
Comissões de Seguros	2.631.335	2.349.362	4.298.092	3.750.674
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	6.388.290	5.562.892	6.463.004	5.697.139
Cobrança e Arrecadações	1.190.316	1.286.325	1.220.657	1.307.177
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	1.339.140	1.390.894	1.692.329	1.691.591
Outras	123.346	112.643	622.996	394.474
Total	17.846.304	16.487.148	22.568.015	20.343.442

23. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2024	Banco 01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	Consolidado 01/01 a 31/12/2023
Remuneração	4.246.297	4.117.011	5.704.152	5.338.182
Encargos	1.326.109	1.508.283	1.947.933	2.042.512
Benefícios	1.145.678	1.146.901	1.740.047	1.661.441
Treinamento	46.028	45.229	68.461	67.736
Outras	-	3	65.354	82.099
Total	6.764.112	6.817.427	9.525.947	9.191.970

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*24. Outras Despesas Administrativas**

	01/01 a 31/12/2024	Banco 01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	Consolidado 01/01 a 31/12/2023
Depreciações e Amortizações	3.225.626	3.085.308	3.475.694	3.334.064
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	4.557.689	4.463.496	3.838.228	3.896.943
Comunicações	276.139	298.187	293.011	332.165
Processamento de Dados	3.418.388	3.134.820	2.882.167	2.665.108
Propaganda, Promoções e Publicidade	520.938	628.492	680.990	783.940
Aluguéis	709.843	855.421	728.994	875.268
Manutenção e Conservação de Bens	270.516	297.533	299.396	320.762
Água, Energia e Gás	169.035	170.629	180.435	179.948
Material	110.579	114.399	118.210	120.406
Outras	1.496.305	1.454.891	1.014.848	1.049.318
Total	14.755.058	14.503.176	13.511.973	13.557.922

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

25. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2024	Banco 01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	Consolidado 01/01 a 31/12/2023
Atualizações monetárias (1)	429.321	869.425	555.152	994.017
Comissões	(2.294.097)	(2.436.825)	(4.433.170)	(3.950.729)
Corretagens e Emolumentos	(84.602)	(88.833)	(85.970)	(88.978)
Despesas com Cartórios	(7.419)	(9.690)	(368.827)	(288.937)
Despesa com Formalização de Negócios	(167.049)	(158.247)	(167.049)	(158.247)
Despesas Judiciais e Custas	(281.717)	(224.589)	(283.379)	(227.937)
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	(131.026)	(116.355)	(133.530)	(120.073)
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	(179.422)	(161.340)	(187.119)	(166.730)
PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98) (2)	-	1.373.463	-	1.550.412
Fiscais (2)	(122.135)	(146.025)	(143.612)	(180.992)
Trabalhistas	(2.251.457)	(2.767.139)	(2.503.441)	(2.908.910)
Cíveis	(1.051.254)	(622.454)	(1.348.230)	(870.946)
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	706.652	596.549
Resultado com Cartões	(4.089.802)	(3.928.634)	(2.177.603)	(2.691.103)
Recuperação de Encargos e Despesas	576.753	839.431	788.276	709.973
Outras (3)	(2.704.809)	(1.551.510)	(3.535.906)	(2.787.824)
Total	(12.358.715)	(9.129.322)	(13.317.756)	(10.590.455)

(1) Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e obrigações legais.

(2) Em 2023 refere-se aos efeitos das movimentações oriundas das ações do PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/1998 descritas nas notas 18 e 10.

(3) Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, inclui, principalmente, provisões para o fundo garantidor de benefícios, variação cambial e outras provisões

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

26. Resultado Não Operacional

	01/01 a 31/12/2024	Banco 01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	Consolidado 01/01 a 31/12/2023
Resultado na Alienação de Investimentos (1)	1.929.980	-	1.929.751	1.104.645
Resultado na Alienação de Valores e Bens	146.343	86.130	91.046	87.509
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	25.795	1.518	79.181	18.564
Despesas com Bens não de Uso	(65.192)	(49.688)	(69.827)	(49.807)
Ganhos (Perdas) de Capital	(21.618)	(1.643)	7.851	9.118
Outras Receitas (Despesas)	34.103	109.507	33.368	111.578
Total	2.049.411	145.824	2.071.370	1.281.607

(1) Em 2024, efeitos dos resultados provenientes da aquisição da Pluxee, conforme descrito na Nota 29.d. Em 2023, resultados provenientes da venda de 40% da Webmotors conforme Nota 29.l.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

27. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

- **Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)**

Os planos de benefícios definidos e variáveis administrados pela entidade Banesprev são: Plano I, Plano II, Plano III, Plano IV, Plano V, Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão – Pré 75, Plano Sanprev I, Plano Sanprev II, Plano Sanprev III, DCA, DAB e CACIBAN. Todos os planos estão fechados para novas adesões.

- **Ex-Empregados do Banespa**

A ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa), pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no antigo estatuto social do BANESPA, teve uma decisão final desfavorável ao Banco Santander. Com isso, cada beneficiário da decisão pode ingressar com uma ação individual para receber o valor devido.

Como os acórdãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses defendidas pelo Banco, principalmente o prazo prescricional e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (referente à constituição do Plano V). No dia 11 de março de 2024, o incidente de IRDR foi admitido para futuro julgamento e foi determinada a suspensão de todos os processos que estejam em segunda instância (TRT) e ajuizados em São Paulo (Capital) e demais cidades que integram a jurisdição do TRT de São Paulo.

Por fim, devido à divergência de interpretação do prazo prescricional trabalhista previsto na Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o prazo correto a ser utilizado nos casos individuais ajuizados.

Em 27 de junho de 2024, foi firmada uma transação entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos estabelecendo critérios e condições para liquidação das ações individuais. Até 23 de agosto de 2024 (conclusão do prazo de adesão), aproximadamente 90% dos beneficiários elegíveis formalizaram suas adesões à referida transação, que, posteriormente, foram homologadas por decisão judicial, sendo que os respectivos processos judiciais individuais serão extintos. O Banco Santander registrou obrigação referente aos valores efetivamente devidos para o pagamento da transação. Os valores devidos referente às parcelas liquidadas até a presente data, equivalente a R\$ 2.187 milhões, foram aportados pelo Banco Santander nos respectivos planos administrados pelo Banesprev, responsável pela administração dos planos de previdência complementar e pelo pagamento da transação aos respectivos beneficiários. As parcelas remanescentes serão aportadas ao Banesprev até maio de 2026 (nota 18), atualizadas de acordo com o critério e com o índice de reajuste dos benefícios previstos no regulamento dos planos aos quais cada titular esteja vinculado.

Os demais processos individuais, cujos beneficiários não aderiram à referida transação, estão pendentes de decisão final a respeito das questões jurídicas controvertidas, as quais serão dirimidas quando do julgamento do IRDR e da ADPF.

- **Sanprev – Santander Associação de Previdência (Sanprev)**

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- **Bandeprev - Bandeprevidência Social (Bandeprev)**

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$55.289 (31/12/2023 - R\$ 49.739) no Banco e R\$ 62.076 (31/12/2023 - R\$ 55.452) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 02 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estiverem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Conglomerado Santander Brasil. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 32.505 (31/12/2023 - R\$ 28.389) no Banco e R\$ 33.839 (31/12/2023 - R\$ 29.348) no Consolidado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2024			Banco 31/12/2023		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.280.639)	(3.925)	(1.315.231)	(24.263.723)	(4.217)	(1.518.674)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.481.670	3.518	2.026.025	24.311.272	3.539	2.345.042
	2.201.031	(407)	710.794	47.549	(678)	826.368
Sendo:						
Superávit	2.990.012	—	710.794	1.913.863	—	826.368
Déficit	(788.980)	(407)	—	(1.866.314)	(678)	—
Valor não Reconhecido como Ativo	2.724.305	—	700.788	1.650.318	—	817.476
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	265.708	—	10.006	263.545	—	8.892
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(788.980)	(407)	—	(1.866.314)	(678)	—
Contribuições Efetuadas	2.386.428	—	33	210.393	—	—
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(154.091)	(62)	674	(106.706)	(71)	694
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.642.228)	459	8.920	(3.786.700)	125	8.513
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.307.116	635	(151.615)	1.731.233	629	449.963

	31/12/2024			Consolidado 31/12/2023		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.672.293)	(3.925)	(1.315.231)	(24.718.659)	(4.217)	(1.518.674)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.123.457	3.518	2.026.025	24.979.781	3.539	2.345.042
	2.451.164	(407)	710.794	261.122	(678)	826.368
Sendo:						
Superávit	3.246.998	—	710.794	2.161.957	—	826.368
Déficit	(806.306)	(407)	—	(1.900.835)	(678)	—
Valor não Reconhecido como Ativo	2.915.991	—	700.788	1.832.030	—	817.476
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	331.007	—	10.006	329.927	—	8.893
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(806.306)	(407)	—	(1.900.835)	(678)	—
Contribuições Efetuadas	2.386.428	—	33	210.393	—	—
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(158.666)	(62)	674	(109.661)	(71)	694
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.713.516)	459	8.920	(3.826.567)	125	8.513
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.302.867	635	(151.615)	1.810.325	629	449.963

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(2.311.278)	(436)	(26.531)	(549.324)	114	(32.443)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	3.130.439	413	187.739	(1.518.890)	(222)	(104.974)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	—	—	—	(180.497)	(137)	—
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	819.161	(23)	161.208	(2.248.711)	(245)	(137.417)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de	(801.992)	356	(348.167)	(432.347)	320	258.734
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(801.992)	356	(348.167)	(432.347)	320	258.734
Mudança no Superávit Irrecuperável	(904.119)	—	187.400	1.941.430	—	(122.196)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(2.317.108)	(436)	(26.531)	(553.348)	114	(32.443)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	3.192.454	413	187.739	(1.547.556)	(222)	(104.974)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	—	—	—	(177.988)	(137)	—
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	875.346	(23)	161.208	(2.278.892)	(245)	(137.417)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de	(836.605)	356	(348.167)	(386.107)	320	258.734
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(836.605)	356	(348.167)	(386.107)	320	258.734
Mudança no Superávit Irrecuperável	(892.218)	—	187.400	1.923.889	—	(122.196)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2024	31/12/2023
Banesprev		
Plano I	8,32	9,62
Plano II	8,64	9,74
Plano III	7,64	8,79
Plano IV	8,16	9,69
Plano V	6,52	7,24
Pré-75	7,21	8,22
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	4,90/4,61/5,41	5,51/5,13/6,07
Sanprev		
Plano I	5,40	6,14
Plano II	8,30	9,49
Plano III	7,80	8,86
Bandeprev		
Plano Básico	7,04	8,01
Plano Especial I	5,23	5,70
Plano Especial II	4,69	5,19
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	5,36	6,11

b) Plano de assistência médica e odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo:

Entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade. Os planos administrados pela entidade são:

- Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi);
- Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares).

Aposentados pela Bandeprev:

Plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Plano de Saúde Para Diretores:

Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o diretor gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do diretor, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): Incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Assistência Médica Fundação Sudameris:

Plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermagem, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

III. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

- **Método de avaliação**

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2024		Banco 31/12/2023		31/12/2024		Consolidado 31/12/2023	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.991.336)	(557.724)	(4.332.719)	(641.991)	(4.131.673)	(557.724)	(4.488.343)	(641.991)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.838.622	—	5.377.212	—	5.008.751	—	5.570.353	—
	847.286	(557.724)	1.044.493	(641.991)	877.078	(557.724)	1.082.010	(641.991)
Sendo:								
Superávit	847.286	—	1.044.493	—	877.078	—	1.082.010	—
Déficit	—	(557.724)	—	(641.991)	—	(557.724)	—	(641.991)
Valor não Reconhecido como Ativo	847.286	—	1.044.493	—	877.078	—	1.082.010	—
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	—	—	—	—	—	—	—	—
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	—	(557.724)	—	(641.991)	—	(557.724)	—	(641.991)
Contribuições Efetuadas	174.624	31.296	170.375	41.074	177.614	31.296	173.335	41.074
Receitas (Despesas) Reconhecidas	5.940	(58.705)	7.839	(54.738)	5.999	(58.705)	7.929	(54.738)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.742.269)	108.609	(1.558.705)	(3.068)	(1.714.746)	108.609	(1.534.182)	(3.068)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	(270.266)	—	842.964	—	(280.749)	—	858.727	—

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2024		Banco 31/12/2023		31/12/2024		Consolidado 31/12/2023	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Cabesp
Experiência do Plano	(446.981)	39.190	(123.136)	(57.334)	(457.883)	39.190	(113.774)	(57.334)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	677.197	72.486	(356.116)	(51.150)	700.186	72.486	(368.157)	(51.150)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	40.739	—	2.173	30.844	41.777	—	2.994	30.844
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	270.955	111.676	(477.079)	(77.640)	284.080	111.676	(478.937)	(77.640)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(744.988)	—	388.785	—	(772.305)	—	387.599	—
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(744.988)	—	388.785	—	(772.305)	—	387.599	—
Mudança no Superávit Irrecuperável	293.469	—	(89.920)	—	304.661	—	(89.852)	—

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2024	31/12/2023
Cabesp	10,44	12,01
Bandepe	8,64	10,39
Clínica Grátis	8,22	9,32
Diretores Vitalícios	6,20	6,90
Diretores Saúde	22,60	23,81
Circulares (1)	7,98 e 7,36	9,02 e 8,34
Seguro de Vida	4,75	5,28

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2024, válidos para 31 de dezembro de 2023, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos de Patrimônio	0,0 %	0,0 %
Instrumentos de Dívida	93,7 %	95,1 %
Bens Imóveis	0,2 %	0,2 %
Outros	6,2 %	4,7 %

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	Banco/Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,6 %	10,5 %	8,7 %	8,7 %
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0 %	3,0 %	3,0 %	3,0 %
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5 %	N/A	3,5 %	N/A
	Banesprev I, III, Pre75, Sanprev I, III, Santanderprevi, DAB, DCA e Caciban: AT2000 suavizada em 10%		Banesprev I, III, Pre75, Sanprev I, III, Santanderprevi, DAB, DCA e Caciban: AT2000 smoothed by 10%	
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	Demais planos: AT2000	AT2000	Demais planos: AT2000	AT2000

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, teriam os seguintes efeitos:

	Banco/Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(23.750)	(231.019)	(27.627)	(346.439)
(-)0,5%	25.895	251.828	24.768	266.243
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(48.858)	(475.167)	(50.263)	(611.723)
Aplicada (-) 2 anos	50.445	490.605	48.527	544.105
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	28.376	275.982	26.968	291.763
(-)0,5%	(26.451)	(257.258)	(30.133)	(376.538)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de seus instrumentos (ações/opções Locais e Globais). São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação	01/01 a 31/12/2024		01/01 a 31/12/2023	
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2021 a 10/2024	2024	R\$—		R\$18.270.000 (1)	
		01/2023 a 12/2026	2025 e 2026	R\$750.000	(1)	R\$750.000	(1)
		01/2024 a 12/2027	2026, 2027 e 2028	R\$1.100.000	(1)	R\$—	
		01/2021 a 12/2023	2024	R\$—	SANB11 (2)	R\$292.537	SANB11 (2)
		01/2021 a 12/2024	2024	R\$—	SANB11 (2)	R\$217.291	SANB11 (2)
		01/2022 a 12/2025	2025	R\$118.363	SANB11	R\$118.363	SANB11
		01/2023 a 12/2026	2026	R\$20.263	SANB11	R\$15.637	SANB11
Globais	Ações e Opções sobre Ações Globais	2023	EUR 3,67	R\$—		R\$80.412	
		2023, com limite para exercício das opções até 2030		R\$420.394	Opções sobre ações Globais (3)	R\$420.394	Opções sobre ações Globais (3)
		02/2024	EUR 2,685	R\$117.601	Ações Globais (4)	R\$117.601	Ações Globais (4)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029		R\$183.840	Opções sobre ações Globais (4)	R\$350.839	Opções sobre ações Globais (4)
		2025	EUR 3,104	R\$95.786	Ações Globais (4)	R\$95.786	Ações Globais (4)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030		R\$367.827	Opções sobre ações Globais (4)	R\$367.827	Opções sobre ações Globais (4)
		2026	EUR 3,088	R\$175.476	Ações Globais (4)	R\$199.680	Ações Globais (4)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033		R\$472.469	Opções sobre ações Globais (4)	R\$537.637	Opções sobre ações Globais (4)
		2027	EUR 63,95	R\$8.528	Ações Globais (4)	R\$9.095.000	Ações Globais (4)
		2027, com limite para exercício das opções até 2032		R\$80.476	Opções sobre ações Globais (4)	R\$—	
		2028	EUR 71,42	R\$2.411	Ações Globais (4)	R\$—	
		2028, com limite para exercício das opções até 2033		R\$9.888	Opções sobre ações Globais (4)	R\$—	
		12/2024, com pagamento em 2025		R\$50.419	SANB11	R\$50.419	SANB11
		12/2025, com pagamento em 2026		R\$70.346	SANB11	R\$—	
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2024 e 2023				R\$1.850.000	(1)	R\$19.020.000 (1)	
				R\$259.391	SANB11	R\$694.247 SANB11	
				R\$399.802	Ações Globais (3) (4)	R\$493.479 Ações Globais (3) (4)	
				R\$1.444.530	Opções ações Ações Globais (3) (4)	R\$1.676.697 Opções ações Ações Globais (3) (4)	

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(1) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento.

Ao longo de 2024, foram pagas 551.572 ações brutas e foi cancelado o montante de R\$ 1.820.000, pelo não atingimento dos indicadores de performance dos contratos.

(2) Planos de Incentivo de Longo Prazo finalizados, com 486.502 ações pagas e 23.326 ações canceladas ao longo de 2024.

(3) Plano finalizado com atingimento 100%. A parte equivalente à 80.412 ações foi paga em espécie em Mar/2024 (após o lockup) e 78.841 ações foram canceladas. As opções poderão ser exercidas até o final do período para exercício em 2030, sendo que no período tivemos o cancelamento de 412.175 opções.

(4) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos locais e globais, com indicadores de performance específicos e regras em hipótese de desligamento para ter direito ao recebimento.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos 5 planos globais lançados em 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Os executivos elegíveis possuem incentivo com target em ações e opções globais, com pagamento após um período de diferimento mínimo de três anos e liquidação do valor da venda dos ativos em reais.

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- O preço médio ponderado das ações (e preço de exercício) é de €3,104 com base na média ponderada de 15 dias entre 07/01/2022 e 27/01/2022
- A volatilidade esperada utilizada foi de 33,80
- As opções expiram em 01/02/2033
- Os dividendos esperados variam de aproximadamente 6,6 centavos no curto prazo (2022) a aproximadamente 5,75 centavos por ação por ano no longo prazo (2030)
- A curva de desconto utilizada dá um desconto de 0,96 para 2030

O preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos, geralmente com vesting de 3 anos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ao final do período de vesting o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos e em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

a.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado	
		01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil)	6.178	17.097
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	6.953	6.380

a.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

			Banco		Consolidado	
			01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Programa	Participantes	Tipo de Liquidação				
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos	135.767	152.254	139.470	157.130
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	173.652	220.592	170.779	224.048

28. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, faz a gestão da auto-avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o Marco Geral de Risco são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco – (Cultura Risk Pro);
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito consiste no acompanhamento e avaliação proativa dos indicadores da carteira e das novas operações de crédito, com vistas a garantir o crescimento sustentável e a qualidade da carteira do Banco Santander. Levando em consideração o cenário econômico, constantemente são elaboradas projeções de rentabilidade e inadimplência, a serem consideradas na redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para determinado perfil de clientes com características similares. Essa avaliação de crédito deve observar e obedecer ao controle de Apetite de Riscos que é determinado pelo Banco Santander.

Outro aspecto importante é a gestão preventiva de crédito. Essa gestão tem um papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária das áreas comerciais, sempre contando com o apoio das áreas centrais.

O acompanhamento da carteira e dos clientes é realizado de forma tempestiva, a fim de mitigar eventos e impactos de liquidez das empresas com o monitoramento do incremento de riscos nos portfólios.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o Banco Santander utiliza modelos próprios de score/rating internos, contando com a área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito, o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso e com valores expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de acordo com os critérios internos.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação, podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (**Nota 7.e**).

Assim, em consonância às resoluções emitidas pelos reguladores locais, foram considerados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os critérios temporários que tratam das medidas adotadas para a caracterização das reestruturações e para a mensuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, diante dos impactos dos eventos climáticos no Rio Grande do Sul. Ressalta-se que até a data da divulgação destas demonstrações, não foram identificados impactos significativos nesta carteira. Continuaremos a monitorá-la e a implementar medidas de mitigação de riscos, tempestivamente quando necessário.

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser resumido como a possibilidade de perda de uma instituição resultante da flutuação do preço de mercado em relação ao seu posicionamento em operações sujeitas às exposições em taxas de juros, índices, preços de ações, câmbio, commodities, spreads de crédito, etc.

A Gestão do Risco de Mercado do Banco Santander é aderente à Resolução CMN 4.557/2017 e estabelece a estrutura de gestão deste risco proporcionando visibilidade para tomadas de decisões executivas, diálogo e transparência do posicionamento, apetite ao risco da instituição e monitoramento constante do perfil de risco.

A identificação, mensuração e acompanhamento de posições são realizados e divulgados por áreas independentes das unidades de negócio e seguem limites estabelecidos de acordo com as políticas e governança formal da Gestão Integrada de Riscos. O apetite ao Risco de Mercado da instituição é aprovado em altos níveis executivos e são definidos baseados em estudos criteriosos que levam em consideração o risco das

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

estratégias das carteiras, sensibilidades oriundas das oscilações de mercado, “gaps” de liquidez e outros fatores que possam afetar as carteiras do Banco Santander.

C. Risco Operacional e Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controles Internos tem como missão perante o Banco Santander: corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de Riscos Operacionais e Controles Internos.

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar e implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração, além de adotar definições do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de governança e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e lei Sarbanes-Oxley - SOX (Securities and Exchange Commission).

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta muitas transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco em confiar nas tecnologias digitais, serviços de computação e mensageria, softwares e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguras de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de Compliance visa supervisionar a adesão às normativas e regulamentações aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, proteção da imagem da instituição, conformidade regulatória e princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, clientes, acionistas e à comunidade em geral.

F. Área de Prevenção à Crimes Financeiros

Área responsável pela definição, implementação, aconselhamento e supervisão do programa de Prevenção à Crimes Financeiros para o Banco Santander Brasil de acordo com os requerimentos do Grupo Santander Brasil e das regulamentações brasileiras aplicáveis ao tema. Tem como principais pilares os processos de: Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/CFTP), Programa Antissuborno e Corrupção e Programa de Sanções Internacionais. Além disso, assegura o gerenciamento dos riscos de crimes financeiros aos quais o Banco Santander está exposto de acordo com o apetite de risco definido pelo Grupo Santander, promovendo uma robusta cultura de risco por toda a organização.

G. Risco Socioambiental

A fim de promover um cenário mais controlado e seguro para nossas operações e ainda fomentar o desenvolvimento de negócios onde há adoção de práticas sustentáveis, o Banco Santander realiza a gestão permanente dos riscos que envolvem nossas atividades e que possam trazer impactos à organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Neste sentido, o Banco Santander dispõe da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem a análise dos riscos social, ambiental e climático, que é orientado pela Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC), para concessão de crédito dos clientes Atacado e do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$7 milhões. Estes clientes, tanto do Atacado quanto do Varejo, são enquadrados em 14 setores de atenção, segregados em dois níveis de risco: subsetores de médio e alto risco. Esta análise também abrange operações do agro (incluindo clientes pessoa física), crédito imobiliário, projetos, garantias, aceitação e manutenção de clientes e fusões e aquisições. A análise de Risco Socioambiental e Climático tem como objetivo subsidiar e mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão de riscos integrados.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, sendo estes um conjunto de diretrizes empregado na análise dos riscos socioambientais e climáticos no financiamento de grandes projetos de infraestrutura e energia. Aplica-se o mesmo conjunto de critérios socioambientais nos projetos que não são enquadrados nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das Resoluções CMN nº 4.943/2021 e nº 4.945/2021, determinando que as organizações tenham um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC).

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação “Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução nº 4.557/ BACEN” na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

b) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência Nível I	85.562,9	81.259,1
Capital Principal	77.547,6	75.042,8
Capital Complementar (Nota 16.b)	8.015,3	6.216,3
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 16.b)	15.488,4	13.644,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	101.051,2	94.903,3
Risco de Crédito (1)	603.286,5	560.780,9
Risco de Mercado (2)	43.523,7	33.002,7
Risco Operacional	60.643,3	60.491,1
Total de RWA (3)	707.453,5	654.274,7
Índice de Basileia Nível I	12,09	12,43
Índice de Basileia Capital Principal	10,96	11,48
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,28	14,51

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcum), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcum), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/2020, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2024.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(7.496)	(261.418)	(522.835)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(111)	(1.638)	(3.276)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(8.884)	(19.405)	(38.809)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(4.078)	(16.472)	(32.944)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(431)	(2.553)	(5.107)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(209)	(5.222)	(10.443)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(10.988)	(112.284)	(224.568)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(265)	(6.613)	(13.226)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(37)	(920)	(1.841)
Total (1)		(32.499)	(426.525)	(853.049)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposição sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(87.026)	(3.509.633)	(7.039.799)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(36.810)	(1.312.615)	(2.353.906)
Inflação	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa de Cupons de Indices de Preços	(19.327)	(328.089)	(617.049)
Cupom de Dolar	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(6.453)	(225.401)	(415.722)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(567)	(6.601)	(13.150)
Taxa de juros Mercado Internacional	Exposição Sujeitas à Variação da taxa de juros de papeis negociados no mercado internacional	(37.222)	(663.043)	(1.404.832)
Moeda Estrangeira	Exposição sujeitas à Variação Cambial	893	22.318	44.637
Total (1)		(186.512)	(6.023.064)	(11.799.821)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

29. Reestruturações Societárias

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Incorporação da Return Capital S.A. pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.

Em 30 de setembro de 2024 foi realizada a incorporação total da Return Capital S.A. ("Return Capital") pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) ("Return Participações"). A incorporação resultou em um aumento no capital social da Return Participações, no valor de R\$ 8.540.942.366,72 (oito bilhões, quinhentos e quarenta milhões, novecentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos), mediante a emissão de 439.224.359 (quatrocentos e trinta e nove milhões, duzentas e vinte e quatro mil, trezentas e cinquenta e nove) novas ações ordinárias. Como efeito da incorporação ocorreu a extinção da Return Capital, de pleno direito, sendo essa sucedida pela Return Participações em todos os seus direitos e obrigações.

b) Incorporação da Mobills Labs Soluções Em Tecnologia Ltda. pela Toro Investimentos S.A.

Em 30 de junho de 2024, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mobills Labs") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Labs não implicou um aumento de capital social da Toro Investimentos, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Labs era detida pela Toro Investimentos e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

c) Incorporação da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. pela Santander Holding Imobiliária S.A.

Em 28 de junho de 2024, a Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. ("Apê11") foi incorporada totalmente, tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Apê11 não implicou em um aumento de capital social da SHI, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Apê11 eram detidas pela SHI e, portanto, já estavam refletidas em sua conta de investimento por equivalência.

Em 22 de dezembro de 2023, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI"), subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. ("Apê11"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 10% remanescentes do capital social da Apê11 ("Operação"). Como resultado da Operação, a SHI passou a deter 100% do capital social da Apê11.

d) Joint-Venture entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Pluxee International e Pluxee Pay Brasil Ltda.

Em 27 de junho de 2024, após a conclusão das condições precedentes da operação anunciada em 24 de julho de 2023, o Banco Santander (Brasil) S.A. concluiu a constituição de uma Joint Venture com o Grupo Pluxee (anteriormente denominado Sodexo).

O racional econômico da operação está fundamentado essencialmente: (i) nas sinergias decorrentes da combinação dos negócios da Pluxee Instituição de Pagamento Brasil S.A. (atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.") com o Grupo Pluxee no Brasil e (ii) na capacidade da empresa de explorar a base de clientes do Santander para a oferta dos seus produtos e serviços (i.e. na capilaridade do balcão do Santander).

Para a formação da Joint Venture, o Banco Santander aportou o valor equivalente a R\$ 2.044 milhões atribuído: (i) ao seu investimento na sua controlada de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento Brasil S.A. (atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A."); (ii) a uma parcela de recursos em dinheiro; (iii) ao contrato de exclusividade para exploração de sua base de clientes.

Como resultado da operação, o Banco Santander e o Grupo Pluxee, passaram a deter 20% e 80% de participação, respectivamente, no capital social da Pluxee Benefícios Brasil S.A. ("Pluxee"), veículo de investimento da Joint-Venture.

e) Incorporação da Mobills Corretora de Seguros Ltda. pela Toro Asset Management S.A.

Em 31 de maio de 2024, a Mobills Corretora de Seguros Ltda. ("Mobills Corretora") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Asset Management S.A. ("Toro Asset"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Corretora não implicou um aumento de capital social da Toro Asset, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Corretora era detida pela Toro Asset e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

f) Aquisição da parcela remanescente da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação da Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) pela Return Capital S.A.

Em 17 de maio de 2024, a Return Capital S.A. ("Return"), subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou, junto aos sócios minoritários da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) ("Gira"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 20% do capital social da Gira detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a deter, indiretamente, 100% do capital social da Gira.

g) Aquisição de participação e Investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A.

Em 12 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") formalizou, em conjunto com os acionistas da América Gestão Serviços em Energia S.A. ("América Energia"), Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com vistas a aquisição de 70% do capital social total e votante da América Energia ("Operação"). A conclusão da Operação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 04 de julho de 2024, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a deter 70% da participação acionária da América Energia.

h) Aquisição de participação e Investimento na Fit Economia de Energia S.A.

Em 06 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. concluiu, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a operação para aquisição e investimento na Fit Economia de Energia S.A. ("Companhia"), de forma que passou a deter 65% do capital social da Companhia ("Operação").

i) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A. e incorporação pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 03 de janeiro de 2024, após o cumprimento das condições precedentes, o Banco Santander concluiu a operação para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, passou a deter, indiretamente, a titularidade de 100% do capital social da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A. Em 29 de fevereiro de 2024, foi aprovada a incorporação da Toro Participações S.A. pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

j) Incorporação Total da Mob Soluções em Tecnologia Ltda pela Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 31 de outubro de 2023, a Mob Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mob") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mobills"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mob não implicou um aumento de capital social da Mobills, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mob era detida pela Mobills e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

k) Venda da totalidade da participação detida no Banco PSA Finance Brasil S.A. e na Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 31 de agosto de 2023, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") concluíram a operação de venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A. ("Banco PSA"), para o Stellantis Financial Service, S.A. e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ("Stellantis Corretora"), para a Stellantis Services Ltd. ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Aymoré deixou de deter participação societária no Banco PSA e a Santander Corretora de Seguros deixa de deter participação societária na Stellantis Corretora.

l) Venda de parcela da participação acionária da Santander Corretora na Webmotors S.A. para a Carsales.com Investments PTY LTD.

Em 28 de abril de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") concluiu a operação de venda de ações representativas de 40% do capital social da Webmotors S.A. ("Webmotors") para a Carsales.com Investments PTY LTD ("Carsales") ("Operação"). Com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a ser titular de 30% e a Carsales de 70% do capital social da Webmotors.

30. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 65.102.761 (31/12/2023 - R\$ 64.277.216) no Banco e no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 134.133 (31/12/2023 - R\$ 11.871.919) e o total de fundos de investimento administrados do Conglomerado Santander é de R\$ 242.852.102 (31/12/2023 - R\$291.736.828) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2024, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$ 9.214.986 (31/12/2023 - R\$9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2024, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$ 1.546.050 (31/12/2023 - R\$1.546.050).

d) Entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das Resoluções CMN nº 3.263/2005 e nº 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 Ano	469.244	582.294
Entre 1 a 5 Anos	1.004.390	1.132.409
Mais de 5 Anos	139.324	734.431
Total	1.612.958	2.449.134

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$ 431 (31/12/2023 - R\$649) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2024, foram no valor de R\$ 256.371 (2023 - R\$ 326.745).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Em milhares de Reais					2024
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	110.781.417	110.781.417	20.532.342	82.121.991	8.127.084
Títulos e Valores Mobiliários	287.867.782	287.512.671	206.915.340	16.488.263	64.109.068
Instrumentos Financeiros Derivativos	35.077.439	35.077.440	333.273	34.012.678	731.489
Operações de Crédito	455.187.766	448.546.447	-	-	448.546.447
Total	888.914.404	881.917.975	227.780.955	132.622.932	521.514.088

Em milhares de Reais					2023
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	113.860.885	113.860.885	13.779.369	91.886.844	8.194.673
Títulos e Valores Mobiliários	248.998.836	248.880.165	167.411.689	12.550.106	68.918.370
Instrumentos Financeiros Derivativos	28.066.689	28.066.689	-	26.848.128	1.218.561
Operações de Crédito	427.599.259	427.516.527	-	-	427.516.527
Total	818.525.669	818.324.266	181.191.058	131.285.078	505.848.131

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco e seus respectivos valores de mercado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Em milhares de Reais					2024
Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	495.328.215	495.407.564	-	-	495.407.564
Captações no Mercado Aberto	150.477.979	150.494.832	-	150.494.832	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	118.727.182	118.727.182	-	-	118.727.182
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	164.263.962	166.945.572	-	-	166.945.572
Instrumentos Financeiros Derivativos	34.948.116	34.948.117	332.719	34.106.030	509.368
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	23.341.534	23.341.534	-	-	23.341.534
Total	987.086.988	989.864.801	332.719	184.600.862	804.931.220

Em milhares de Reais					2023
Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	475.701.951	475.680.352	-	-	475.680.352
Captações no Mercado Aberto	134.793.745	134.815.044	-	134.815.044	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	89.635.879	89.635.879	-	-	89.635.879
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	149.203.270	148.380.735	-	-	148.380.735
Instrumentos Financeiros Derivativos	25.606.801	25.606.801	-	24.692.540	914.261
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.626.967	19.626.967	-	-	19.626.967
Total	894.568.613	893.745.778	—	159.507.584	734.238.194

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

h) Resultados recorrentes/não recorrentes

	2024					Banco
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2024	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira	199.288.866	-	199.288.866	105.552.506	-	105.552.506
Despesas da Intermediação Financeira	(176.472.348)	-	(176.472.348)	(92.638.138)	-	(92.638.138)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	22.816.518	-	22.816.518	12.914.368	-	12.914.368
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(10.920.560)	(282.854)	(11.203.414)	(8.707.934)	(223.390)	(8.931.324)
Resultado Operacional	11.895.958	(282.854)	11.613.104	4.206.434	(223.390)	3.983.044
Resultado não Operacional	119.431	1.929.980	2.049.411	145.824	-	145.824
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	12.015.389	1.647.126	13.662.515	4.352.258	(223.390)	4.128.868
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	2.008.130	(791.877)	1.216.253	6.143.247	99.573	6.242.820
Participações no Lucro	(1.843.316)	-	(1.843.316)	(1.507.458)	-	(1.507.458)
Lucro Líquido	12.180.203	855.249	13.035.452	8.988.047	(123.817)	8.864.230

	2024					Consolidado
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2024	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira	210.251.535	-	210.251.535	117.513.391	-	117.513.391
Despesas da Intermediação Financeira	(174.707.294)	-	(174.707.294)	(91.009.544)	-	(91.009.544)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	35.544.241	-	35.544.241	26.503.847	-	26.503.847
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(18.109.653)	(394.522)	(18.504.175)	(17.559.744)	(358.975)	(17.918.719)
Resultado Operacional	17.434.588	(394.522)	17.040.066	8.944.103	(358.975)	8.585.128
Resultado não Operacional (a)	141.390	1.929.980	2.071.370	176.962	1.104.645	1.281.607
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	17.575.978	1.535.458	19.111.436	9.121.065	745.670	9.866.735
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	(2.034.013)	(786.590)	(2.820.603)	1.564.049	(214.993)	1.349.056
Participações no Lucro	(2.623.232)	-	(2.623.232)	(2.098.640)	-	(2.098.640)
Participações dos Acionistas Minoritários	(190.211)	-	(190.211)	(143.494)	-	(143.494)
Lucro Líquido	12.728.522	748.868	13.477.390	8.442.980	530.677	8.973.657

a) Em 2024, efeitos dos resultados provenientes da aquisição da Pluxee, conforme descrito na nota 29.d, com impacto líquido de tributos de R\$1.061.489 no Banco e no Consolidado. Em 2023, resultados provenientes da venda de 40% da Webmotors conforme nota 29.i.

31. Eventos Subsequentes**a) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio**

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 10 de janeiro de 2025, aprovou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Farão jus aos Juros Sobre Capital Próprio os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco no final do dia 22 de janeiro de 2025 (inclusive). Dessa forma, a partir de 23 de janeiro de 2025 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". O valor dos Juros sobre o Capital Próprio será pago a partir do dia 12 de fevereiro de 2025. Os Juros sobre o Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Composição dos Órgãos da Administração em 31 de dezembro de 2024

Conselho de Administração

Deborah Stern Vieitas – Presidente (independente)
 Jose Antonio Alvarez Alvarez – Vice-presidente
 Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
 Ede Ilson Viani - Conselheiro
 José de Paiva Ferreira – Conselheiro (independente)
 Javier Maldonado Trinchant – Conselheiro
 Marília Artimonte Rocca - Conselheira (independente)
 Mario Roberto Opice Leão – Conselheiro
 Cristiana Almeida Pipponzi – Conselheira (independente)
 Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)
 Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Conselheira

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
 Maria Elena Cardoso Figueira – Membro Técnico Qualificado
 Andrea Maria Ramos Leonel – Membro
 René Luiz Grande – Membro
 Luiz Carlos Nannini - Membro

Comitê de Riscos e Compliance

José de Paiva Ferreira – Coordenador
 Deborah Stern Vieitas – Membro
 José Mauricio Pereira Coelho - Membro
 Jaime Leôncio Singer - Membro

Comitê de Sustentabilidade

Marília Artimonte Rocca – Coordenadora
 Álvaro Antônio Cardoso de Souza – Membro
 Vivianne Naigeborin - Membro
 Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora
 Deborah Patricia Wright – Membro
 Cristiana Almeida Pipponzi - Membro
 Jose Antonio Alvarez Alvarez – Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
 Deborah Stern Vieitas - Membro
 Luiz Fernando Sanzogo Giorgi – Membro
 Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Membro

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
Carlos José da Costa André
Ede Ilson Viani
Franco Raul Rizza
Germanuela de Almeida de Abreu
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias	Jean Paulo Kambourakis
Alexandre Teixeira de Araujo	Leonardo Mendes Cabral
Alexandre Guimarães Soares	Luciana de Aguiar Barros
Ana Paula Vitali Janes Vescovi	Marilize Ferrazza Santinoni
André Juaçaba de Almeida	Paulo César Ferreira de Lima Alves
Carlos Aguiar Neto	Paulo Fernando Alves Lima
Celso Mateus De Queiroz	Paulo Sérgio Duailibi
Cezar Augusto Janikian	Rafael Abujamra Kappaz
Claudia Chaves Sampaio	Ramón Sanchez Santiago
Claudenice Lopes Duarte	Reginaldo Antonio Ribeiro
Daniel Mendonça Pareto	Ricardo Olivare de Magalhães
Eduardo Alvarez Garrido	Richard Flavio Da Silva
Eduardo Luis Sasaki	Robson de Souza Rezende
Enrique Cesar Suares Fragata Lopes	Sandro Kohler Marcondes
Franco Luigi Fasoli	Sandro Mazerino Sobral
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto	Thomaz Antonio Licarião Rocha
Gustavo de Sousa Santos	Vanessa Alessi Manzi
Izabella Ferreira Costa Belisario	Vítor Ohtsuki

Contadora

Camilla Cruz Oliveira de Souza – CRC Nº 1SP – 256989/O-0

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício findo 31 de dezembro de 2024, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração. Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2024:

Diretoria Executiva Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
Carlos José da Costa André
Ede Ilson Viani
Franco Raul Rizza
Germanuela de Almeida de Abreu
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias	Jean Paulo Kambourakis
Alexandre Teixeira de Araujo	Leonardo Mendes Cabral
Alexandre Guimarães Soares	Luciana de Aguiar Barros
Ana Paula Vitali Janes Vescovi	Marilize Ferrazza Santinoni
André Juaçaba de Almeida	Paulo César Ferreira de Lima Alves
Carlos Aguiar Neto	Paulo Fernando Alves Lima
Celso Mateus De Queiroz	Paulo Sérgio Duailibi
Cezar Augusto Janikian	Rafael Abujamra Kappaz
Claudia Chaves Sampaio	Ramón Sanchez Santiago
Claudenice Lopes Duarte	Reginaldo Antonio Ribeiro
Daniel Mendonça Pareto	Ricardo Olivare de Magalhães
Eduardo Alvarez Garrido	Richard Flavio Da Silva
Eduardo Luis Sasaki	Robson de Souza Rezende
Enrique Cesar Suares Fragata Lopes	Sandro Kohler Marcondes
Franco Luigi Fasoli	Sandro Mazerino Sobral
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto	Thomaz Antonio Licarião Rocha
Gustavo de Sousa Santos	Vanessa Alessi Manzi
Izabella Ferreira Costa Belisario	Vítor Ohtsuki

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração. Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2024:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
Carlos José da Costa André
Ede Ilson Viani
Franco Raul Rizza
Germanuela de Almeida de Abreu
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias
Alexandre Teixeira de Araujo
Alexandre Guimarães Soares
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André Juaçaba de Almeida
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Cezar Augusto Janikian
Claudia Chaves Sampaio
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Mendonça Pareto
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Enrique Cesar Soares Fragata Lopes
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario

Jean Paulo Kambourakis
Leonardo Mendes Cabral
Luciana de Aguiar Barros
Marilize Ferrazza Santinoni
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Fernando Alves Lima
Paulo Sérgio Duailibi
Rafael Abujamra Kappaz
Ramón Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Robson de Souza Rezende
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vitor Ohtsuki

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, entre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por cinco membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de maio de 2024. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, mediante reportes regulares do coordenador do Comitê nas reuniões do Conselho de Administração.

No tocante às suas atribuições, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras do Santander, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no segundo semestre, encerrado em 31 de dezembro de 2024 em padrão BrGaap, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela controladoria e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Diretoria de Compliance, Controles Internos e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulação vigente.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2024, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque: (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar"; (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iii) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2024. Nessas reuniões tiveram destaque: discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo semestre de 2024, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Além disso, o Comitê reuniu-se com o Auditor Independente em sessões executivas para debater temas de interesse, como a Reforma Tributária. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

Ouvidoria

Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos de 2024, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Banco Santander (Brasil) e Coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, monitora as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento dos temas de Sustentabilidade em conjunto com o Comitê de Sustentabilidade; (v) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, KYC, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (vi) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (viii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (ix) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A., para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2024, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2025.

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Maria Elena Cardoso Figueira – Especialista Financeiro
René Luiz Grande
Andrea Maria Ramos Leonel
Luiz Carlos Nannini